

PERFIL DO PODER
ELEIÇÕES 2022

#5 CANDIDATURAS COLETIVAS



Inesc +

COMMON

DATA



coletivo científico para
o desenvolvimento

FICHA TÉCNICA

<p>Coordenação Política Cristiane Ribeiro Iara Pietricovsky José Antonio Moroni (Colegiado de Gestão) Carmela Zigoni (Assessora Política)</p> <p>Revisão gramatical Paulo Henrique de Castro</p>	<p>Tratamento e análise de dados Camila Fraccaro Camargo Janaina Lopes Pereira Peres Lara Silva Laranja Luciana Guedes da Silva (Coletivo CommonData)</p> <p>Diagramação e projeto gráfico Arthur Menezes Thais Vivas</p>
<p>Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos Endereço: SCS Quadra 01 - Bloco L, nº 17, 13º Andar - Cobertura Edifício Márcia. CEP: 70. 3037-900 - Brasília/DF</p> <p>Telefone: + 55 61 3212-0200 E-mail: inesc@inesc.org.br Página Eletrônica: www.inesc.org.br</p>	

É permitida a reprodução total ou parcial do texto, de forma gratuita, desde que sejam citados os autores e a instituição que apoiou o estudo, e que se inclua a referência ao artigo ou ao texto original.

As informações a seguir foram levantadas com base na extração dos dados do repositório do Tribunal Superior Eleitoral em 15/08/2022 às 18:35:22.

Disponível em: www.divulgacontas.tse.jus.br/divulga/#/.

INTRODUÇÃO

As informações a seguir foram levantadas com base na reprodução dos dados do repositório do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 07/10/2022 (1)

As candidaturas coletivas apareceram no cenário político brasileiro há pelo menos uma década. De acordo com estudos de 2019 realizados pela Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), sete grupos de cocandidatos autointitulados candidaturas coletivas ou compartilhadas disputaram os pleitos eleitorais de 2012 e 2014.

De lá para cá, muita coisa mudou. Em termos numéricos, as candidaturas coletivas subiram de 7 (somando os pleitos de 2012 e 2014) para 98 no biênio 2016-2018; e, no biênio 2020-2022, alcançaram o expressivo número de 530 registros. Em comparação apenas com as Eleições 2020 (que eram municipais, vale lembrar), não houve aumento em números absolutos, mas significativo aumento em termos proporcionais. Em 2020, foram registradas pelo menos 327 candidaturas coletivas, em um universo de 550.340 pedidos de registro de candidaturas apresentados ao TSE, para todos os cargos (0,05%). Em 2022, foram registradas pelo menos 215 candidaturas coletivas aptas, em um universo de 26.979 candidaturas aptas (0,79%). Considerando-se também as candidaturas inaptas, são 217. Em termos proporcionais, o aumento no número de candidaturas coletivas é bastante expressivo, o que confirma a tendência de que esse formato ganhe cada vez mais espaço.

Fica cada vez mais evidente que o sistema eleitoral brasileiro e as formas de representação democráticas necessitam ser repensados, de maneira que assegurem a ocupação de espaços de poder de setores sociais mais diversos e que gerem visibilidade nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em todas as esferas (municipal, distrital, estadual e federal). O aumento da representatividade, por sua vez, depende da paridade de gênero e raça/cor e do enfrentamento da violência política, um problema sistêmico e estruturante que molda a construção dos imaginários e afasta as chamadas “minorias sociológicas” do poder. Os direitos políticos, afinal, são coletivos e assim também deve ser o exercício do poder.

Por um lado, as candidaturas coletivas constituem uma tecnologia social voltada à transformação democrática dos espaços de poder, que ainda são, majoritariamente, ocupados por homens, brancos, com idades acima de 40 anos e filiados a partidos de direita, como demonstrou a pesquisa realizada pelo Inesc, em parceria com o Coletivo

1 Disponível em: <divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>. Acesso em: 12 nov. 2022.

CommonData, acerca das candidaturas eleitas em primeiro turno nas Eleições 2020 e 2022 ⁽²⁾. Por outro lado, esse formato inovador e pouco respaldado juridicamente faz emergirem novos desafios, que colocam em xeque a qualidade dos mandatos coletivos como alternativa ao exercício do poder político e lançam luz sobre os limites da própria noção de horizontalidade e cooperação, lembrando-nos de como é difícil superar assimetrias de poder tão enraizadas.

Um caso paradigmático foi a crise da “Mandata Ativista”, eleita em 2020, que levou à expulsão de uma das integrantes da candidatura compartilhada, sob a justificativa de incompatibilidade de ideias e crise programática. Ainda que a Mandata Ativista tenha sido eleita em bloco, o Tribunal Superior Eleitoral reconhece o mandato (com seus direitos e deveres) apenas da pessoa devidamente registrada, o que costumamos chamar de “cabeça de chapa” ⁽³⁾. Assim, a escolha popular e democrática não está imune a crises internas nesses blocos, que, por óbvio, não são homogêneos. Quando um mandato coletivo se rompe, revela que, ainda que seja proposto como um instrumento de aprofundamento democrático, ele ainda é democraticamente frágil.

A falta de previsão legal é o maior desafio enfrentado por essas candidaturas. Porém, é inegável que, em relação às eleições anteriores, há maior compreensão por parte dos tribunais eleitorais, o que indica a possibilidade de abertura de novos caminhos deste modelo. No final de 2021, o Tribunal Superior Eleitoral permitiu a identificação dos coletivos no nome de urna. Apesar de ressaltar que apenas uma pessoa é eleita, isso demonstra maior abertura aos mandatos coletivos, o que, até então, não existia: isso retira a centralidade do cabeça de chapa e transfere a percepção do conjunto de pessoas que integra o coletivo.

O reconhecimento dessa fragilidade, porém, não conseguiu tirar a força desse formato de candidatura, sobretudo porque outras crises – como a falta de confiança em partidos políticos e a própria crise de representação – também se mantêm. A análise quali-quantitativa dos mandatos coletivos que foram às urnas em 2022, apresentada a seguir, pretende auxiliar na produção de conhecimentos sobre essa alternativa à política tradicional e constituir evidências que possam embasar estudos futuros mais detalhados.

2 Disponível em: <[www.inesc.org.br/eleicoes-2020-perfil-das-candidaturas-eleitas-em-lo-
turno/](http://www.inesc.org.br/eleicoes-2020-perfil-das-candidaturas-eleitas-em-lo-turno/)>. Acesso em: 12 nov. 2022.

3 Disponível em: <cutt.ly/MM0Euqm>. Acesso em: 12 nov. 2022.

Quantos são? Em que regiões estão mais concentrados? Em que espectro político são mais expressivos? Quantos cocandidatos reúnem? Quais são os perfis das pessoas que se registram como cabeças de chapa em termos de gênero, raça/cor e faixa etária? São mandatos majoritariamente progressistas, situados no campo da “esquerda”, ou já se pulverizaram para os diferentes partidos e defendem pautas diversas? Têm o potencial de manter-se como alternativa à política tradicional ou correm o risco de ser capturados pela lógica fisiológica predominante na política? A análise quali-quantitativa do banco de dados do TSE pretende fundamentar respostas a essas questões e suscitar reflexões sobre o futuro dos mandatos coletivos.

1. NOTAS CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS

Com o intuito de garantir a comparabilidade entre os dados desta pesquisa e o mapeamento realizado em 2020, utilizamos a mesma metodologia desenvolvida anteriormente. Seguimos considerando “candidaturas coletivas” aquelas em que há proposição prévia de divisão do cargo político (governador, deputado estadual, deputado federal etc.) por dois ou mais cocandidatos, identificáveis em materiais de campanha, nas redes sociais ou em matérias produzidas por veículos de comunicação. Não foram consideradas as candidaturas que se autodenominam como “coletivas” apenas porque pretendem criar conselhos populares e consultivos ao longo do exercício do mandato ou, ainda, que se autointitulam “coletivas” porque prezam pela participação popular e pela construção coletiva das agendas políticas. Vale ressaltar, porém, que a checagem foi realizada em setembro de 2022, após divulgação do banco de candidaturas registradas no TSE, e que mesmo as eleitas não têm a garantia de que o número e os nomes dos cocandidatos pré-identificados serão mantidos. A única garantia legal diz respeito ao candidato ou à candidata registrada no TSE.

Nesse mesmo sentido, consideramos “cocandidatos” apenas as pessoas físicas previamente definidas e apresentadas como tais nos materiais de campanha e/ou nas redes sociais, ainda que não pudessem ser nominalmente identificados, levando em conta a dificuldade que encontramos para a identificação dos nomes dos integrantes de cada mandato, que, muitas vezes, não constavam nas fotos e nas legendas de fotos ou eram apresentados sem sobrenomes ou de forma reduzida (apelidos ou marcações de páginas de Facebook ou Instagram).

Observamos, ainda, que a grande maioria das candidaturas coletivas fez campanha por meio das redes sociais, como Facebook ou Instagram, pois raramente possuíam site próprio e a comunicação costumava ser direta – por meio das próprias redes sociais, do WhatsApp ou, no máximo, por e-mail.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE MAPEAMENTO E VALIDAÇÃO

O mapeamento e a validação dos pedidos de registros de candidaturas coletivas para as eleições de 2022 tomaram como base os 28.972 registros (candidaturas aptas e inaptas) do banco de dados do TSE e se deram em quatro movimentos principais:

1) Mapeamento de pré-candidaturas e candidaturas com base nas candidaturas de 2018 e 2020, em redes sociais e em mídias jornalísticas. A partir da divulgação dos dados de registros de candidaturas pelo TSE em agosto de 2022, efetuamos a busca de candidaturas coletivas na coluna “nome do candidato na urna (NM_URNA_CANDIDATO)”, utilizando 44 descritores, escolhidos a partir da experiência acumulada em 2020, conforme segue (em ordem alfabética): ativismo; ativista; bancada; candidatura; cidadã; codeputada; codeputado; coletiva; coletivo; com; compartilha; construção; diversidade; elas; eles; feminina; feminino; feminista; frente; jovem; junta; junto; juventude; mais; mandata; mandato; movimento; mulheres; nós; nossa; nosso; periferia; periférico; plural; popular; povo; quilombo; rede; representa; resistência; social; somos; e voz ⁽⁴⁾. Esta fase nos rendeu um corpus de 510 candidaturas potencialmente coletivas.

2) Identificamos nomes de urna compostos por mais de um nome próprio, bem como casos pontuais (o que foi possível a partir do mapeamento de pré-candidaturas) e de pesquisa pelas hashtags “#mandatocoletivo” e “#candidaturacoletiva” nas redes sociais. Nesta fase, adicionamos ao corpus 16 candidaturas que não tinham aparecido na fase anterior, o que nos deixou com um corpus total de 526 candidaturas potencialmente coletivas.

3) No terceiro momento, efetuamos uma análise qualitativa individual de cada um desses 526 casos, com o apoio da ferramenta de busca do Google e, principalmente, de duas redes sociais: Facebook e Instagram, em busca da confirmação da existência de cocandidatos identificáveis por foto em materiais de campanha e/ou nome.

4 Vale registrar que, em 2020, foram utilizados 11 descritores: “mandato”, “mandata”, “coletivo”, “coletiva”, “movimento”, “compartilhado”, “bancada”, “juntas”, “juntos”, “Nós”, “nossa”.

Todas as candidaturas que apresentamos como coletivas nesta análise foram confirmadas em uma dessas três fontes. Considerando-se essa metodologia, é possível afirmar que pelo menos 217 candidaturas foram registradas junto ao TSE para concorrer às Eleições 2022, com materiais de campanha (veiculados pelas chapas) que permitiram atestar a existência de cocandidatos. Destacamos que, apesar disso, as análises e os cálculos proporcionais que se seguem foram realizados considerando-se o número de 215 candidaturas coletivas, uma vez que 2 dessas candidaturas foram consideradas inaptas: I) a candidatura a uma cadeira de deputado estadual, em São Paulo, do Mandato Coletivo RP, encabeçada por Alan Fabrício da Silva (Avante), com mais 14 cocandidatos; e II) a candidatura a deputado federal por Santa Catarina do Coletivo Rebeldia, encabeçada por Vinícius Costa Sodré (PSTU), composta por 5 cocandidatos.

4) Uma vez consolidado/validado o mapa de registros de candidaturas coletivas, realizamos as análises dos representantes da chapa e das candidaturas registradas por gênero, raça, idade, partido e espectro político, UF e região, bem como pelo grau de instrução.

2. ASPECTOS LEGAIS

Embora as candidaturas coletivas venham ganhando cada vez mais espaço na última década, esse tipo de mandato segue sem regulamentação por lei ou pelo Tribunal Superior Eleitoral. A figura do “coparlamentar” continua sendo uma ficção jurídica e apenas o candidato oficialmente registrado no TSE acumula direitos e deveres e responde juridicamente pelo mandato. Por outro lado, mudanças importantes vêm acontecendo desde as Eleições 2018. A principal mudança verificada nas Eleições 2020 diz respeito ao fato de que as candidaturas coletivas tiveram uma “permissão tácita” para que pudessem se identificar como tais em seus “nomes de urna”, o que de fato aconteceu: a maioria das candidaturas coletivas registradas em 2018 se identifica como coletiva por meio do uso de diferentes termos, como os mencionados no item “1.1 Procedimentos metodológicos de mapeamento e validação”. O mesmo não tinha acontecido nas Eleições 2016.

Sem lei, resolução ou portaria que regulamente as “candidaturas coletivas”, continuam ficando a cargo de cada chapa a pactuação de acordos (formais ou informais) entre os cocandidatos e a definição de regras e diretrizes em estatutos próprios.

Em 2019, voltou a tramitar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 379/2017, apresentada – em novembro de 2017 – à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, pela deputada Renata Abreu (Podemos/SP). A PEC, que propõe a inserção de um parágrafo ao Art. 14 da Constituição Federal, para possibilitar o mandato coletivo no âmbito do Poder Legislativo, só teve relatoria designada na CCJC em julho de 2019, quase dois anos depois de ter sido apresentada. Porém, a relatora – a deputada Shéridan (PSDB-RR) – deixou de ser membro da CCJC em novembro de 2021 e, agora, a PEC está aguardando nova designação de relator(a) ⁽⁵⁾. Independentemente dos avanços legislativos, é importante ressaltar que, apesar das resistências a essa inovação no sistema político, não há impedimento legal para esse modelo de compartilhamento do poder decisório com cocandidatos.

A principal mudança para as Eleições 2022 diz respeito à Instrução nº 11.544, publicada pelo TSE em 16 de dezembro de 2021, que permite, explicitamente, a inclusão do nome do coletivo na urna eletrônica. Na prática, os cabeças de chapa seguem fazendo seu registro individualmente e ficam responsáveis por todas as práticas legais relativas ao mandato. Em caso de afastamento ou renúncia do(a) cabeça de chapa, ele(a) é substituído(a) pelo(a) suplente. Isso aconteceu, por exemplo, quando Mônica Seixas, da Bancada Ativista (PSOL), precisou se licenciar por motivo de saúde.

5 Disponível em: <www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2162014>. Acesso em: 13 nov. 2022.

De acordo com o voto do ministro Edson Fachin,

No caso de candidaturas promovidas coletivamente, a candidata ou o candidato poderá, na composição de seu nome para a urna, apor ao nome pelo qual se identifica individualmente a designação do grupo ou coletivo social que apoia sua candidatura, respeitado o limite máximo de caracteres. É vedado o registro de nome de urna contendo apenas a designação do respectivo grupo ou coletivo social [...]. A chamada candidatura coletiva representa apenas um formato de promoção da candidatura, que permite à pessoa que se candidata destacar seu engajamento em movimento social ou em coletivo. Esse engajamento não é um elemento apto a confundir o eleitorado, mas, sim, a esclarecer sobre o perfil da candidata ou do candidato ⁽⁶⁾ (TSE, 2021).

A vedação mencionada por Fachin não consta da referida Instrução e tampouco ocorre na prática. Pelo menos 24 coletivos foram às urnas sem referência expressa/direta ao nome, ao sobrenome ou a parte do nome de quem registrou a candidatura e é, portanto, representante oficial do grupo. Muitos utilizaram apelidos que não possuíam relação direta com o nome de batismo e outros usaram apenas o nome do coletivo. Foram os casos de “Mandato Coletivo RP”, “Coletivo pela Educação”, “Flor da Coletiva”, “Mulheres de Todas as Lutas”, “Mandata Feminista Bem Viver”, “Mancha Coletivo Socialista”, “Coletivo Balaiada”, “Coletivo Guarnice”, entre outros. O oposto, porém, também aconteceu: pelo menos 9 candidaturas coletivas identificadas no banco do TSE não faziam nenhuma menção expressa ao coletivo ou à existência de cocandidatos no registro de nome de urna, mas eram comprovadamente coletivas, conforme indicavam os materiais de campanha analisados. São os casos de “Professora Bia Nunes”, “Alex Stein”, “Ya Sandrali”, “Ceceu” e “Kreta”, entre outros.

6 O voto do ministro Fachin pode ser lido na íntegra em: <www.tse.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/arquivos/voto-resolucao-registro-candidatura-2022/@@download/file/TSE-Voto-Registro-Candidaturas-2022-16-12-21%20.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022.

3. ANÁLISES EM DESTAQUE

Para as análises a seguir, foram consideradas 215 candidaturas coletivas aptas. Adotaremos como número total de registros as 26.979 candidaturas (100%) consideradas aptas pelo TSE.

3.1 CANDIDATURAS COLETIVAS POR CARGO

* DISTRIBUIÇÃO DE CANDIDATURAS COLETIVAS, POR CARGO

CANDIDATURAS X CARGO		% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS AO REFERIDO CARGO
DEPUTADO DISTRITAL	9	4,18%	1,55% (DE 578)
DEPUTADO ESTADUAL	124	57,67%	0,79% (DE 15.584)
DEPUTADO FEDERAL	79	36,74%	0,81% (DE 9.710)
SENADOR	3	1,39%	1,36% (DE 219)
TOTAL	215	100%	0,79% (26.979) ⁷

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

Em termos gerais, as candidaturas coletivas representaram 0,79% de todas as candidaturas registradas e aptas.

A planilha da tabela 1 indica que essas candidaturas estão altamente concentradas nos cargos de deputado estadual (57,67%) e deputado federal (36,74%) e integram um formato exclusivo dos cargos do Poder Legislativo. Não identificamos nenhuma proposta de candidatura coletiva aos cargos de vice-governador, governador, vice-presidente, presidente ou à suplência. É interessante observar que, embora o número absoluto de candidaturas coletivas ao Senado seja bastante baixo, a proporção do total é superior ao que ocorre nos demais cargos, o que indica um aumento significativo com relação a 2018, em que houve apenas uma proposta de candidatura coletiva ⁽⁸⁾.

7 Vale enfatizar que 26.979 é o número total de candidaturas aptas, o que inclui as candidaturas ao Executivo.

8 Vale ressaltar, porém, que essa candidatura foi identificada em pesquisa realizada, em 2020, pela Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), que adota metodologia distinta. A proposta de candidatura coletiva ao Senado Federal foi de Moira Lázaro, pela Rede/São Paulo, que alcançou 129.146 votos na ocasião.

Ressaltamos, ainda, que o número de candidaturas a deputado distrital e senador também se tornou mais expressivo, sobretudo quando analisado em termos relativos: 1,55% das candidaturas a deputado distrital e 1,26% das candidaturas ao Senado.

3.2 CANDIDATURAS POR IDADE NA DATA DE POSSE

* CANDIDATURAS COLETIVAS EM RELAÇÃO À FAIXA ETÁRIA

IDADE (CABEÇA DE CHAPA) NA DATA DE POSSE	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS COLETIVAS	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS
ATÉ 35 ANOS	45	20,93%
DE 36 A 55 ANOS	125	58,13%
ACIMA DE 56 ANOS	45	20,93%
TOTAL	215	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

Assim como foi observado nas Eleições 2020, ainda que as candidaturas coletivas sejam mais comumente associadas, no imaginário social, a grupos de jovens, foi bastante expressivo o número de candidaturas encabeçadas por pessoas com mais de 56 anos (20,93%), igualando-se ao número de candidaturas com representantes na faixa etária até 35 anos (20,93%). A maioria das candidaturas, porém, é representada por pessoas que teriam entre 36 e 55 anos na data da posse, caso eleitas (58,13%).

Os dados indicam que não há fórmula única (ou certa) quando o assunto é candidatura coletiva: enquanto uns apostam na novidade e na juventude, outros talvez escolham seus/suas cabeças de chapa levando em consideração a experiência política dos(as) candidatos(as) e seu “capital social”. Considerando a quantidade de cabeças de chapa com 36 anos ou mais (79,06%), percebemos que pessoas com mais idade e, possivelmente, trajetória mais longa na política ainda têm preferência (nas escolhas internas dos partidos) em detrimento dos mais jovens e, possivelmente, menos experientes.

3.3 CANDIDATURAS POR CARGO E IDADE

* CANDIDATURAS COLETIVAS PARA DEPUTADO DISTRITAL, POR FAIXA ETÁRIA

IDADE NA DATA DE POSSE	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS COLETIVAS A DEP. DISTRITAL	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS A ESSE CARGO (9)
ATÉ 35 ANOS	3	33,33%
DE 36 A 55 ANOS	2	22,22%
ACIMA DE 56 ANOS	4	44,44%
TOTAL	9	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

Dentre as candidaturas a deputado(a) distrital, predominam os(as) cabeças de chapa com mais de 56 anos.

* CANDIDATURAS COLETIVAS PARA DEPUTADO(A) ESTADUAL, POR FAIXA ETÁRIA

IDADE NA DATA DE POSSE	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS COLETIVAS	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS A ESSE CARGO (124)
ATÉ 35 ANOS	23	18,54%
DE 36 A 55 ANOS	79	63,70%
ACIMA DE 56 ANOS	22	17,74%
TOTAL	124	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

Dentre as candidaturas a deputado(a) estadual, predominam os(as) representantes com idades entre 36 e 55 anos.

* CANDIDATURAS COLETIVAS PARA DEPUTADO(A) FEDERAL, POR FAIXA ETÁRIA

IDADE NA DATA DE POSSE	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS COLETIVAS A DEP. FEDERAL	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS (79)
ATÉ 35 ANOS	19	24,05%
DE 36 A 55 ANOS	44	55,69%
ACIMA DE 56 ANOS	16	20,25%
TOTAL	79	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

Quando analisamos apenas as candidaturas à Câmara dos Deputados, também predominam representantes com idades entre 36 e 55 anos.

* CANDIDATURAS COLETIVAS A SENADOR(A), POR FAIXA ETÁRIA

IDADE NA DATA DE POSSE	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS COLETIVAS A SENADOR(A)	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS
ATÉ 35 ANOS	0	0
DE 36 A 55 ANOS	0	0
ACIMA DE 56 ANOS	3	100%
TOTAL	3	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

Já nas candidaturas ao Senado Federal, não existe nenhum(a) representante com menos de 60 anos, conforme descrição detalhada que apresentamos a seguir.

Sobre os(as) representantes com idades superiores a 56 anos, é interessante notar que a proporção:

- * aumenta 23,51 pontos percentuais entre os(as) distritais, em comparação com os números gerais (item 3.2);
- * diminui 3,19 pontos percentuais entre os(as) estaduais;
- * diminui 0,68 pontos percentuais entre os(as) federais; e
- * aumenta 79,07 pontos percentuais entre os(as) senadores(as) (uma vez que todas as candidaturas coletivas ao Senado são encabeçadas por pessoas com mais de 56 anos):
 - * Pedro Ivo de Souza Batista foi o cabeça de chapa do mandato coletivo conhecido nas redes sociais como “Cerrado no Senado”⁽⁹⁾. O coletivo candidatou-se a uma cadeira no Senado pelo Distrito Federal e era composto por um total de oito cocandidatos(as), o que representa a proposta mais ousada para o Senado em termos numéricos. Pedro Ivo é filiado à Rede, é cearense, declarou-se branco e, se tivesse sido eleito, teria 61 anos de idade na data da posse.

9 O nome de urna registrado era apenas “Pedro Ivo Mandato Coletivo”.

- * Gilberto Batista Campos foi cabeça de chapa do mandato que foi às urnas sob o nome “Gilberto Campos Coletiva”. O mandato era composto apenas por ele e mais uma cocandidata: Ella Machado. Gilberto concorreu pelo PSOL, é natural de Minas Gerais, autodeclarado preto e, caso fosse eleito, teria 65 anos de idade na data da posse.
- * Luiz Carlos Prates, filiado ao PSTU, estava à frente do “Mancha Coletivo Socialista” (seu nome de urna), que contava com três cocandidatos(as). Luiz é paulista de Pitangueiras (SP), teria 67 anos de idade na data da posse (se fosse eleito) e se declarou preto.

Vale destacar que todas as três candidaturas coletivas ao Senado concorriam por partidos de esquerda e eram encabeçadas por homens de mais de 56 anos; duas delas foram encabeçadas por homens pretos.

3.4 CANDIDATURAS COLETIVAS POR GÊNERO E RAÇA

* CANDIDATURAS COLETIVAS POR GÊNERO

GÊNERO	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS
MULHERES	111	51,62%
HOMENS	104	48,37%
TOTAL	215	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

Com relação ao recorte de gênero, repetiu-se a tendência de maior “paridade”, como observado em 2020. Naquele ano, 51,99% das candidaturas eram encabeçadas por mulheres e 48,01% por homens. Em 2022, houve uma pequena redução na proporção de candidaturas encabeçadas por mulheres, mas elas continuam sendo maioria, na comparação ao número de candidaturas encabeçadas por homens neste mesmo ano (2022). Vale lembrar que esse cenário de maior “paridade de gênero” no âmbito das candidaturas coletivas começou a se desenhar apenas em 2020. De acordo com levantamento da RAPS (2020), levando em consideração as candidaturas mapeadas entre 1994 e 2018, apenas 13% das candidaturas eram representadas por mulheres.

Quando comparamos esse número com a proporção de mulheres candidatas a todos os cargos (em candidaturas coletivas ou não), percebemos que a diferença é

extremamente significativa. Em 2022, a proporção de candidaturas de mulheres foi de apenas 33,27%. Em 2018, o cenário era ainda pior: 30,68% (10).

Isso permite inferir que o formato proposto pelas candidaturas coletivas atrai mais mulheres, seja por questões relacionadas ao aumento da confiança e da autoconfiança quando atuam em grupo e, geralmente, de forma mais horizontal, seja em função da segurança que um mandato coletivo pode suscitar, uma vez que, sozinhas, as mulheres ficam ainda mais suscetíveis à violência política de gênero.

* CANDIDATURAS COLETIVAS, POR RAÇA/COR

RAÇA	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS COLETIVAS	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS
AMARELA	0	0
BRANCA	75	34,88%
INDÍGENA	7	3,25%
PARDA	51	23,72%
PRETA	81	37,67%
NÃO INFORMADA	1	0,46%
TOTAL	215	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

Quando levamos em consideração o quesito de raça/cor das pessoas que lideram os coletivos, percebemos que não existiu nenhuma candidatura coletiva liderada por pessoas amarelas e apenas sete candidaturas coletivas eram lideradas por indígenas, o que representa 3,25% das candidaturas coletivas. Além disso, nesse recorte, as candidaturas encabeçadas por pessoas negras (pretas + pardas) representam 61,39% das candidaturas coletivas, superando consideravelmente as candidaturas encabeçadas por pessoas brancas: 75 (34,88%). Outro dado que impressiona é que, quando são desagregados os dados de raça, a quantidade de mandatos coletivos liderados por pessoas pretas foi 81 (37,67%), contra 75 (36,94%) mandatos liderados por pessoas brancas.

Quando levamos em consideração o número total de candidaturas (26.979), a proporção de pessoas pretas foi de apenas 14,09% e a de pardas foi 35,85%. A soma representa a metade das candidaturas (49,94%), um cenário bastante diferente do que acontece

10 Disponível em: <www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Eleicoes-2022-Perfil-das-candidaturas.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022.

no recorte das candidaturas coletivas. Em termos gerais, observa-se maior paridade entre as candidaturas lideradas por pessoas brancas, pardas e pretas no âmbito das candidaturas coletivas.

Quanto à representatividade de pessoas indígenas, ainda que continuem sub-representadas, elas são proporcionalmente mais presentes na liderança de candidaturas coletivas do que no quadro geral: indígenas representam 0,63% das 26.979 candidaturas, enquanto representam 3,25% das pessoas que encabeçam mandatos coletivos. É importante salientar ainda que, nas Eleições 2020, não foi identificado nenhum registro de candidatura coletiva liderada por pessoa autodeclarada indígena. Em 2022, existiram sete, o que indica que esse formato de candidatura estimula, de fato, maior diversidade.

Apesar da ausência de pessoas amarelas, esses dados (sobretudo se analisados em série histórica) evidenciam que as candidaturas coletivas têm o potencial de funcionar como porta de entrada (no poder institucional) das chamadas minorias sociológicas, com ênfase para o aumento de chances de seu ingresso (eleição).

Dito isso, apesar da configuração aparentemente mais plural das candidaturas coletivas, é importante frisar que, durante a pesquisa qualitativa de quem integra essas candidaturas, percebemos grande heterogeneidade fora e dentro delas. Existe, também, grande diversidade de pautas defendidas pelas candidaturas, como o coletivo militar PMBM (que aglutina policiais e bombeiros militares), o coletivo “Mandata Coletiva Transfeminista” e a “Bancada Templária”, por exemplo. Além da diferença entre os coletivos, também existe diversidade de pautas dentro dos coletivos, uma vez que reúnem pessoas com interesses e propostas diferentes. Muitos mandatos compartilhados assumem o desafio de reunir integrantes de diferentes movimentos sociais, com pautas centrais distintas, como coletivos compostos por pessoas de diferentes etnias e gêneros, pessoas com deficiência, militantes de áreas específicas, como saúde, infância, educação etc. Essa diversidade de representantes impulsiona dois movimentos distintos:

A O diálogo e a coordenação entre uma pluralidade de pautas identitárias: além de servirem como arenas de debates de ideias entre seus integrantes, permitem que o(a) eleitor(a) possa escolher candidaturas com mais de uma causa ou bandeira. Isso substitui o caráter de “multipautas políticas vazias” ou superficiais (em que um(a) candidato(a) tenta falar sobre muitas pautas, mas não consegue fazer discussões relevantes ou se comprometer com todas) pela noção de “multipautas políticas coordenadas”, reunindo pessoas com vivências e com ideias mais maduras e bem articuladas sobre cada questão. É uma vantagem tanto para quem vota quanto para quem concorre e possivelmente atuará

no Poder Legislativo: contempla diferentes identidades e amplia a identificação com o coletivo proposto e, conseqüentemente, a possibilidade de voto.

B A diversificação de atores: insere na política institucional atores que, de outra forma, não conseguiriam ocupar espaços políticos. No perfil das candidaturas das eleições de 2022, publicado pelo Inesc e pelo CommonData, vemos que ainda não foi alcançada a diversidade de representatividade almejada. Ainda predominam candidaturas masculinas/brancas e a diversidade tem se ampliado apenas em segundo plano, mediante indicações para vices e suplentes. Nas candidaturas coletivas, ao menos em grande parte delas, esse problema vem sendo contornado de maneira mais eficaz. Apesar da consideração do cabeça de chapa como “a cara” do coletivo, muitas candidaturas optaram pela adoção do termo “coletivo” em suas plataformas, redes sociais e materiais de divulgação, reiterando o aspecto horizontal entre cocandidatos(as)(es). Essa despersonalização, aliada à diversidade, amplia a visibilidade de estratos sociais e de minorias que ainda são marginalizadas e que não se veem representadas nos espaços políticos. Pode ser uma forma embrionária de maior inserção de outros atores que normalmente não fazem parte da política tradicional.

3.5 CANDIDATURAS POR GÊNERO E CARGO

* CANDIDATURAS COLETIVAS A DEPUTADO(A) DISTRITAL, POR GÊNERO, NAS ELEIÇÕES 2022

GÊNERO	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS COLETIVAS A DEP. DISTRITAL	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS A ESSE CARGO (9)
MULHERES	7	77,77%
HOMENS	2	22,22%
TOTAL	9	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

* CANDIDATURAS COLETIVAS A DEPUTADO(A) DISTRITAL, POR RAÇA/COR

RAÇA	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS COLETIVAS A DEP. DISTRITAL	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS A ESSE CARGO (9)
AMARELA	0	0
BRANCA	3	33,33%
INDÍGENA	1	11,11%
PARDA	2	22,22%
PRETA	2	22,22%
NÃO INFORMADA	1	11,11%
Total	9	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

Considerando-se apenas as candidaturas a deputado(a) distrital, as candidaturas lideradas por mulheres (77,77%) superaram significativamente as lideradas por homens (22,22%). Além disso, observa-se certo equilíbrio com relação à raça, ainda que predominem candidaturas lideradas por pessoas brancas (33,33%). Também foi às urnas uma representante indígena. Mais à frente, apresentamos análises interseccionais, levando em consideração os quesitos gênero e raça.

* CANDIDATURAS A DEPUTADO(A) ESTADUAL, POR GÊNERO

GÊNERO	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS COLETIVAS A DEP. ESTADUAL	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS A ESSE CARGO (124)
MULHERES	63	50,80%
HOMENS	61	49,19%
TOTAL	124	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

* CANDIDATURAS A DEPUTADO(A) ESTADUAL POR RAÇA/COR

RAÇA	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS COLETIVAS A DEP. ESTADUAL	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS A ESSE CARGO (124)
AMARELA	0	0
BRANCA	38	30,64%
INDÍGENA	4	3,22%

PARDA	35	28,22%
PRETA	47	37,90%
NÃO INFORMADA	0	0
TOTAL	124	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

Considerando-se apenas as candidaturas a deputado(a) estadual, percebe-se a paridade de gênero (50,80% de mulheres e 49,19% de homens). Em termos raciais, predominaram os coletivos liderados por pessoas pretas (37,90%) e líderes negros (pretos + pardos), que somam 66,12% das candidaturas a esse cargo. É nesse grupo, também, que se concentra a maior proporção de líderes de mandatos indígenas (3,22%).

* CANDIDATURAS A DEPUTADO(A) FEDERAL, POR GÊNERO

GÊNERO	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS COLETIVAS A DEP. FEDERAL	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS A ESSE CARGO (79)
MULHERES	41	51,89%
HOMENS	38	48,10%
TOTAL	79	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

* CANDIDATURAS COLETIVAS A DEPUTADO(A) FEDERAL, POR RAÇA/COR

GÊNERO	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS COLETIVAS A DEP. FEDERAL	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS A ESSE CARGO (79)
AMARELA	0	0
BRANCA	33	42,30%
INDÍGENA	2	2,56%
PARDA	13	16,66%
PRETA	30	38,46%
NÃO INFORMADO	0	0
TOTAL	79	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

Considerando-se apenas as candidaturas a deputado(a) federal, também foi observada a paridade de gênero (51,89% de candidaturas lideradas por mulheres e 48,10% por homens). Por outro lado, nesse recorte, aumenta significativamente a proporção de candidaturas lideradas por pessoas brancas (42,3%), ainda que siga expressiva a proporção de mandatos encabeçados por pessoas pretas (30%), em comparação com o quadro geral. Não podemos descuidar do fato de que, em comparação aos cargos de distrital e estadual, uma cadeira na Câmara dos Deputados representa maior poder, abaixo apenas do Senado Federal. Repete-se, portanto, a tendência: quanto mais poder, menor a presença de pessoas pretas, pardas e indígenas.

* CANDIDATURAS A SENADOR(A), POR GÊNERO

GÊNERO	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS COLETIVAS AO SENADO	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS A ESSE CARGO (3)
MULHERES	0	0
HOMENS	3	100%
TOTAL	3	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

* CANDIDATURAS COLETIVAS A SENADOR(A), POR RAÇA/COR

RAÇA	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS COLETIVAS A SENADOR(A)	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS A ESSE CARGO (3)
AMARELA	0	0
BRANCA	1	33,33%
INDÍGENA	0	0
PARDA	0	0
PRETA	2	66,66%
NÃO INFORMADA	0	0
TOTAL	03	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

Como mencionado anteriormente, 100% das candidaturas coletivas ao Senado foram lideradas por homens e 66,66% por pessoas pretas (dois candidatos). É sintomática a ausência de mulheres concorrendo (em candidaturas coletivas) a uma cadeira no Senado Federal, a posição de maior poder dentro do Legislativo, mas é igualmente importante a maioria de pessoas pretas concorrendo ao cargo nesse formato.

3.6 CANDIDATURAS COLETIVAS E INTERSECCIONALIDADE DE GÊNERO E RAÇA/COR

* CANDIDATURAS COLETIVAS, POR GÊNERO E RAÇA/COR

RAÇA/COR X GÊNERO	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS COLETIVAS	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS (215)
MULHERES BRANCAS	35	16,27%
MULHERES INDÍGENAS	2	0,93%
MULHERES PARDAS	24	11,16%
MULHERES PRETAS	50	23,25%
MULHERES NEGRAS (PRETAS + PARDAS)	74	34,41%
HOMENS BRANCOS	40	18,60%
HOMENS INDÍGENAS	05	2,32%
HOMENS PARDOS	27	12,55%
HOMENS PRETOS	31	14,41%
HOMENS NEGROS (PRETOS + PARDOS)	58	26,97%
NÃO INFORMADO (HOMEM)	1	0,46%
TOTAL	215	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

Quando analisamos os dados de gênero e raça/cor, interseccionalmente, chama muita atenção o predomínio absoluto de mulheres pretas, que constituem o grupo mais numeroso no recorte de candidaturas coletivas, contrariando o que foi observado na análise geral do perfil de candidatura. Nas Eleições 2022, 50 mulheres pretas lideraram mandatos coletivos, o que representou 23,25% das candidaturas. Somando-se pretas e pardas, o número sobe para 74, totalizando 34,41% de todas as candidaturas coletivas.

Considerando-se pretos e pardos separadamente, o segundo grupo mais numeroso é o de homens brancos (18,06%). Homens negros somam 58, o que representa 26,97% das candidaturas coletivas.

A seguir, apresentamos comparativos entre a composição de candidaturas por gênero e raça/cor. A lista da esquerda considera a composição das candidaturas coletivas em 2020. Já a lista do centro considera a composição das candidaturas coletivas em 2022. Por fim, o quadro da direita considera a composição de candidaturas sem o recorte de mandatos coletivos (leva em conta as 26.979 candidaturas registradas e consideradas aptas em 2022). É importante observar que, entre as candidaturas coletivas, aumenta significativamente a proporção de mulheres pretas, que assumem pela primeira vez o topo dessa lista. Aumenta, também, a proporção de mulheres brancas, de homens pretos e de homens e mulheres indígenas em comparação com o quadro geral. Em 2020, não houve o registro de nenhuma candidatura de mulher amarela ou de indígenas.

Como entre as candidaturas coletivas costumam existir maior proximidade com pautas raciais e maiores possibilidades de controle social, devido ao seu formato mais horizontal e dialógico, levantamos a hipótese de que, entre as declarações raciais de cabeças de chapa de mandatos compartilhados, haja menos “afroconveniência”. A comprovação dessa hipótese, porém, demandaria outras metodologias de pesquisa e estudos mais aprofundados sobre o tema.

* COMPARATIVO DA PROPORÇÃO POR GÊNERO E RAÇA/COR ENTRE AS CANDIDATURAS COLETIVAS NAS ELEIÇÕES 2020 E 2022

CANDIDATURAS COLETIVAS (2020)	CANDIDATURAS COLETIVAS (2022)	QUADRO GERAL (2022)
1. MULHER BRANCA (45,83%)	1. MULHER PRETA (23,25%)	1. HOMEM BRANCO (33,14%)
2. MULHER PRETA (16,66%)	2. HOMEM BRANCO (18,60%)	1. HOMEM PARDO (24,27%)
3. HOMEM BRANCO (12,5%)	3. MULHER BRANCA (16,27%)	2. MULHER BRANCA (15,45%)
4. HOMEM PARDO (8,33%)	4. HOMEM PRETO (14,41%)	3. MULHER PARDA (11,57%)
5. HOMEM PRETO (8,33%)	5. HOMEM PARDO (12,55%)	4. HOMEM PRETO (7,84%)
6. MULHER PARDA (4,16%)	6. MULHER PARDA (11,16%)	5. MULHER PRETA (6,25%)
7. HOMEM AMARELO (4,16%)	7. HOMEM INDÍGENA (2,32%)	6. HOMEM INDÍGENA (0,35%)
8. MULHER AMARELA (NENHUMA)	8. MULHER INDÍGENA (0,93%)	7. MULHER INDÍGENA (0,28%)
9. MULHER INDÍGENA (NENHUMA)	9. MULHER AMARELA (NENHUMA)	8. HOMEM AMARELO (0,24%)
10. HOMEM INDÍGENA (NENHUM)	10. HOMEM AMARELO (NENHUM)	9. MULHER AMARELA (0,15%)

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

É importante destacar, por fim, que as eleições de 2020 foram eleições de âmbito municipal e que, apesar de não ser possível fazer um comparativo direto entre candidaturas coletivas de 2020 e 2022, por conta da natureza distinta de seus âmbitos, essa troca de dinâmica de representatividade entre as candidaturas coletivas das duas eleições é um elemento interessante a ser observado nas novas eleições.

3.7 CANDIDATURAS COLETIVAS POR ESPECTRO POLÍTICO

* CANDIDATURAS COLETIVAS, POR ESPECTRO POLÍTICO

ESPECTRO POLÍTICO ⁽¹⁾	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS COLETIVAS	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS
PARTIDOS DE ESQUERDA	166	77,20%
PARTIDOS DE CENTRO	18	8,37%
PARTIDOS DE DIREITA	31	14,41%
TOTAL	215	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

Com relação à distribuição das candidaturas por espectro político, manteve-se a tendência de alta concentração desse formato de mandato entre os partidos de esquerda, a exemplo do que aconteceu em 2020. Por outro lado, o número proporcional de candidaturas em outros espectros políticos cresceu: 3,17 pontos percentuais nos partidos de centro (de 5,2% para 8,37%) e 6,77 pontos percentuais nos partidos de direita (de 7,64% para 14,41%). Em 2020, 87,16% das candidaturas eram vinculadas a partidos de esquerda. Em 2022, esse número caiu para 77,20%.

11 De acordo com classificação do Congresso em Foco (2019), complementada por informações disponibilizadas pelos próprios partidos (nos casos não classificados pelo Congresso em Foco) e atualizada para 2022, considerando a fusão, a extinção e a criação de novos partidos, temos:

- Esquerda: Cidadania, PCdoB, PCB, PCO, PDT, PMN, PSB, PSOL, PSTU, PT, PV, Rede e UP.
- Centro: Avante, MDB, PROS, PSDB e Solidariedade.
- Direita: Agir, DC, Novo, Patriota, PL, PMB, Podemos, PP, PRTB, PSC, PSD, PTB, Republicanos e União.

3.8 CANDIDATURAS COLETIVAS POR PARTIDO

* CANDIDATURAS COLETIVAS, POR PARTIDO POLÍTICO

PARTIDO	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS COLETIVAS	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS
PSOL	70	32,55%
PT	33	15,34%
PCDOB	14	6,51%
REDE	12	5,58
PV	10	4,65%
PDT	9	4,18%
PSB	8	3,72%
AVANTE	7	3,25%
PATRIOTA	7	3,25%
MDB	6	2,79%
PSTU	6	2,79%
PRTB	5	2,32%
AGIR	3	1,39%
PODEMOS	3	1,39%
PTB	3	1,39%
SOLIDARIEDADE	3	1,39%
PSC	2	0,93%
PSDB	2	0,93%
REPUBLICANOS	2	0,93%
UNIÃO	2	0,93%
UP	2	0,93
CIDADANIA	1	0,46%
DC	1	0,46%
PL	1	0,46%
PMB	1	0,46%
PMN	1	0,46%
PSD	1	0,46%
NOVO	0	0
PCB	0	0
PCO	0	0
PP	0	0
PROS	0	0
TOTAL	215	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

*** CANDIDATURAS COLETIVAS, POR PARTIDO POLÍTICO
(EM ORDEM ALFABÉTICA)**

PARTIDOS	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS COLETIVAS	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS
AGIR	3	1,39%
AVANTE	7	3,25%
CIDADANIA	1	0,46%
DC	1	0,46%
MDB	6	2,79%
NOVO	0	0
PATRIOTA	7	3,25%
PCDOB	14	6,51%
PCB	0	0
PCO	0	0
PDT	9	4,18%
PL	1	0,46%
PMB	1	0,46%
PMN	1	0,46%
PODEMOS	3	1,39%
PP	0	0
PROS	0	0
PRTB	5	2,32%
PSB	8	3,72%
PSC	2	0,93%
PSD	1	0,46%
PSDB	2	0,93%
PSOL	70	32,55
PSTU	6	2,79%
PT	33	15,34%
PTB	3	1,39%
PV	10	4,65%
REDE	12	5,58
REPUBLICANOS	2	0,93%
SOLIDARIEDADE	3	1,39%
UNIÃO	2	0,93%
UP	2	0,93
TOTAL	215	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

De acordo com pesquisa realizada pelo Inesc, em parceria com o CommonData ⁽¹²⁾, em 2020, 10 partidos não haviam registrado nenhuma candidatura coletiva (DC, Novo, PCO, PMB, PRTB, PSC, PSTU, PTB, PTC e Republicanos). Em 2022, esse número caiu para 5, o que indica que a tendência é que as candidaturas coletivas se consolidem como realidade em todos os espectros e partidos. Em 2022, Novo (direita), PCB (esquerda), PCO (esquerda), PP (direita) e PROS (centro) não registraram candidaturas.

Destacamos que Novo e PCO seguem na lista dos que não apresentaram nenhuma candidatura coletiva. Já PCB, PP e PROS tinham apresentado candidatura em 2020, mas não o fizeram em 2022. Por sua vez, DC, PRTB, PSC, PSTU, PTB, PTC e Republicanos, que não tinham apresentado nenhuma candidatura em 2020, o fizeram em 2022. Vale destacar que, entre os partidos que não haviam registrado nenhuma candidatura em 2020, o PSTU foi o que mais investiu nesse tipo de mandato em 2022: foram seis registros.

O PSOL seguiu sendo o partido com o maior número de registros de candidatura coletiva (com 33,49%), seguido pelo PT (com 15,76%), pelo PCdoB (com 6,89%) e pela Rede (com 5,41%). Vale ressaltar, ainda, que os sete partidos que mais registraram candidaturas são todos de esquerda.

O partido de centro que mais registrou candidaturas coletivas foi o Avante (7) e o partido de direita que mais registrou candidaturas coletivas foi o Patriota (7).

3.9 CANDIDATURAS COLETIVAS POR REGIÃO E UF

* CANDIDATURAS COLETIVAS, POR REGIÃO DO BRASIL

REGIÃO	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS COLETIVAS	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS (215)
CENTRO-OESTE	25	11,62%
NORDESTE	71	33,02%
NORTE	30	13,95%
SUDESTE	54	25,11%
SUL	35	16,27%
TOTAL	215	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

12 Disponível em: <www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2021/02/CandidaturasColetivas2020_V05.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2022.

A exemplo do que aconteceu em 2020, as candidaturas coletivas disputaram os cargos políticos em todas as regiões do País e os mandatos seguiram concentrados, predominantemente, na Região Nordeste (33,02%), seguida do Sudeste (com 25,11% das candidaturas) e do Sul (com 16,27%). Em 2022, o Centro-Oeste foi a região que contou com o menor número de candidaturas coletivas registradas: apenas 25 (11,62%).

* CANDIDATURAS COLETIVAS, POR ESTADO (EM ORDEM DECRESCENTE)

UF	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS COLETIVAS	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS
SP	44	20,46%
MA	22	10,23%
PR	18	8,37%
PE	18	8,37%
BA	13	6,04%
DF	13	6,04%
AM	11	5,11%
PA	10	4,65%
SC	10	4,65%
TO	7	3,25%
RS	7	3,25%
GO	6	2,79%
CE	5	2,32%
MS	5	2,32%
ES	4	1,86%
RN	4	1,86%
AL	3	1,39%
MG	3	1,39%
RJ	3	1,39%
SE	3	1,39%
AP	2	0,93%
PI	2	0,93%
MT	1	0,46%
PB	1	0,46%
AC	0	0
RO	0	0

RR	0	0
TOTAL	215	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

No Nordeste, destaca-se o estado do Maranhão, com 20 candidaturas (9,85%). No Sudeste, o destaque está em São Paulo, que é o estado brasileiro com a maior quantidade de candidaturas registradas: são 41 (20,19%). No Sudeste, vale ressaltar que o Rio de Janeiro, apesar de seu tamanho e de sua força política, está entre os que menos receberam registros de candidatura coletiva: apenas 3 (1,47%). No Sul, o destaque está no Paraná, com 18 candidaturas (8,86%). No Norte, o destaque está no Pará, que tem 10 candidaturas coletivas registradas. E, por fim, no Centro-Oeste, o destaque está no Distrito Federal, com 13 candidaturas.

Apenas 3 estados não tiveram nenhum registro de candidatura coletiva: Acre, Rondônia e Roraima. O dado evidencia que a pulverização das candidaturas coletivas por todo o território brasileiro continua sendo uma tendência.

* CANDIDATURAS COLETIVAS, POR ESTADO (EM ORDEM ALFABÉTICA)

UF	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS COLETIVAS	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS
AC	0	0
AL	3	1,39%
AM	11	5,11%
AP	2	0,93%
BA	13	6,04%
CE	5	2,32%
DF	13	6,04%
ES	4	1,86%
GO	6	2,79%
MA	22	10,23%
MG	3	1,39%
MS	5	2,32%
MT	1	0,46%
PA	10	4,65%
PB	1	0,46%
PE	18	8,37%
PI	2	0,93%

PR	18	8,37%
RJ	3	1,39%
RN	4	1,86%
RO	0	0
RR	0	0
RS	7	3,25%
SC	10	4,65%
SE	3	1,39%
SP	44	20,46%
TO	7	3,25%
TOTAL	215	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

3.10 CANDIDATURAS COLETIVAS POR NÚMERO DE COCANDIDATOS

Como já foi esclarecido no capítulo 1 (“notas conceituais e metodológicas”), as candidaturas com dois ou mais cocandidatos já podem ser consideradas “candidaturas coletivas”. Além disso, não há nenhum limite para o número de integrantes de cada mandato. Essa decisão é, exclusivamente, do grupo ou do partido que aprovou a candidatura em convenção partidária.

* NÚMERO DE COCANDIDATOS EM CANDIDATURAS COLETIVAS

NÚMERO DE COCANDIDATOS	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS COLETIVAS	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS
2	25	11,62%
3	35	16,27%
4	38	17,67%
5	35	16,27%
6	17	7,90%
7	16	7,44%
8	8	3,72%
9	12	5,58%
10	8	3,72%
11	6	2,79%
12	0	0

13	2	0,93%
14	2	0,93%
15-20	5	2,32%
21-30	3	1,39%
35	1	0,46%
+70	1	0,46%
EM ABERTO	1	0,46%
TOTAL	215	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

A maioria das candidaturas coletivas de 2022 reuniu de três a cinco co-candidatos: essa composição soma 108 candidaturas (50,23% do total), com destaque para os arranjos com quatro pessoas. As duplas também foram numerosas: 25 mandatos coletivos eram compostos por apenas duas pessoas (11,62%).

Candidaturas com muitos cocandidatos são mais raras. Ainda assim, em 2022, identificamos pelo menos 28 candidaturas com 10 ou mais cocandidatos. E chamamos a atenção para o fato de que existem 5 candidaturas que reuniram 21 candidatos ou mais: a “Bancada Nilda de Paula” (Podemos-PA) e o “Raphael Mandato Coletivo RP” (Avante-SP) concorreram ao cargo de deputadas(os) estaduais com 22 cocandidatos; o “Coletivo Comuns e Prof. Elias” (PCdoB-DF) concorreu ao cargo de deputado distrital com 24 cocandidatos; “Alex Stein” (PSOL-SC) concorreu a deputado estadual em um grupo de 35 cocandidatos; e “Heró Mand Compartilhado Juntos” (PRTB-RN) concorreu ao cargo de deputado estadual com um grupo de 74 pessoas (é o recorde de número de cocandidatos que já identificamos).

Registramos ainda que, nas Eleições 2022, identificamos um novo formato de candidatura coletiva que, em lugar de pré-estabelecer os cocandidatos, resolveu abrir chamada pública e processo seletivo para, durante a campanha, escolher os integrantes da chapa. Esse mandato, portanto, tem número de cocandidatos “em aberto”. É representado por José Raimundo Sampaio Oliveira (MDB-BA), que concorreu a uma cadeira na Câmara dos Deputados com o nome de urna: “Zé Raimundo Mandato Coletivo”. Nas redes sociais, se autointitulava “Mandato Coletivo Seleção”, em referência ao processo seletivo para cocandidatos.

Em relação ao número de cocandidatos e à sua distribuição, encontramos também candidaturas a cargos distintos que compartilhavam cocandidatos. Uma pessoa concorria, por exemplo, a deputado estadual, enquanto outra concorria a deputado federal, com a mesma composição da chapa pleiteante. É o caso do coletivo “Somos Tocantins”. Esse tipo de candidatura não entrou nas nossas análises porque, de acordo com a metodologia estabelecida, um mandato é considerado coletivo quando tem, no mínimo, duas pessoas concorrendo ao mesmo cargo.

Essas variações indicam tentativas de arranjo mais transversais, em que pautas são trazidas e abordadas em diferentes níveis federativos, aumentando a interlocução entre problemas locais, regionais e nacionais.

3.11 CANDIDATURAS COLETIVAS POR GRAU DE INSTRUÇÃO DO(A) CABEÇA DE CHAPA

* CANDIDATURAS COLETIVAS E GRAU DE INSTRUÇÃO

GRAU DE INSTRUÇÃO	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS COLETIVAS	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS
LÊ E ESCREVE	1	0,46%
ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	4	1,86%
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	6	2,79%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	5	2,32%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	33	15,34%
SUPERIOR INCOMPLETO	32	14,88%
SUPERIOR COMPLETO	134	62,32%
TOTAL	215	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

Por fim, ressaltamos o perfil educacional dos representantes dos mandatos coletivos. Dentre os(as) cabeças de chapa, predominaram pessoas com ensino superior completo (62,32%), seguidas por representantes com ensino médio completo (15,34%) e superior incompleto (14,77%). Apenas uma candidatura foi representada por pessoa que apenas lê e escreve e quatro foram representadas por pessoas com ensino fundamental incompleto, conforme mostrou a tabela 25.

4. RESULTADO DAS ELEIÇÕES

O resultado das eleições mostrou que as casas legislativas terão novamente um viés conservador, pois muitas candidaturas de direita foram eleitas para os diferentes cargos disputados no pleito.

Com relação às candidaturas coletivas, das 215 candidaturas que identificamos como coletivas, apenas 2 foram eleitas: ambas vinculadas a partidos de esquerda, ambas de São Paulo, ambas lideradas por mulheres pretas. O número de candidaturas coletivas eleitas é muito baixo (representa 0,93% das candidaturas), mas não podemos descuidar do fato de que essas duas candidaturas permitiram o acesso de 12 pessoas com perfis diversos e defensoras de pautas minoritárias ao espaço de poder institucional.

É importante ressaltar, ainda, que 139 candidaturas coletivas tiveram votos suficientes para se tornarem suplentes dos cargos de deputado distrital (8), deputado estadual (95) e deputado federal (36).

* CANDIDATURAS COLETIVAS E RESULTADOS

RESULTADO	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS COLETIVAS	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS
ELEITAS	2	0,93%
SUPLENTES	139	64,65%
NÃO ELEITAS	74	34,41%
TOTAL	215	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

Apesar do baixo número de candidaturas coletivas eleitas, os dados evidenciam uma grande vitória deste novo e crescente modelo de estruturação das candidaturas. Segundo as regras eleitorais, os suplentes, para os cargos proporcionais, são aquelas candidaturas que obtiveram o maior número de votos dentro do partido/federação, mas menos que os eleitos. Portanto, é importante frisar que as candidaturas foram bem recebidas pelos eleitores e pelas eleitoras, passando perto de ganhar o pleito. E foram muitas: mais da metade delas pode assumir uma cadeira nas casas legislativas correspondentes.

4.1 CANDIDATURAS ELEITAS

A Banca Feminista (do PSOL-SP) foi escolhida para ocupar um lugar na Assembleia Legislativa de São Paulo, encabeçada por Paula Nunes, uma jovem mulher preta, de 29 anos, advogada, com ensino superior completo. Ela carrega consigo outras quatro mulheres para dentro da ALESP.

O Movimento Pretas (do PSOL-SP) também foi escolhido para ocupar um lugar na ALESP, encabeçado por Mônica Seixas (reeleita), uma jovem mulher preta, de 36 anos, jornalista e redatora, com ensino superior completo. Ela carrega consigo outras seis mulheres pretas.

4.2 SUPLENTES X REGIÃO, UF E CARGO

* CANDIDATURAS COLETIVAS E SUPLÊNCIAS EM RELAÇÃO AOS RESULTADOS, POR REGIÃO

REGIÃO	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS COLETIVAS	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS QUE CHEGARAM À SUPLÊNCIA
CENTRO-OESTE	12	8,63%
NORDESTE	42	30,21%
NORTE	19	13,66%
SUDESTE	42	30,21%
SUL	24	17,26%
TOTAL	139	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

As candidaturas coletivas que chegaram à suplência, como era de se esperar, também estão concentradas no Nordeste e no Sudeste (como ocorreu com o perfil das candidaturas que foram às urnas).

* CANDIDATURAS COLETIVAS EM SUPLÊNCIA, POR UF

UF	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS COLETIVAS	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS COLETIVAS EM SUPLÊNCIA	% DE CANDIDATURAS NA UF
AC	0	0	0
AL	3	0	0
AM	11	7	63,63%
AP	2	1	50%
BA	13	8	61,53%
CE	5	1	20%
DF	13	8	61,53%
ES	4	3	75%
GO	6	1	16,66%
MA	22	14	63,63%
MG	3	3	100%
MS	5	3	60%
MT	1	0	0
PA	10	8	80%
PB	1	1	100%
PE	18	17	94,44%
PI	2	0	0
PR	18	10	55,55%
RJ	3	3	100%
RN	4	1	25%
RO	0	0	0
RR	0	0	0
RS	7	6	85,71%
SC	10	8	80%
SE	3	0	0
SP	44	33	75%
TO	7	3	42,85%
Total	215	139	-

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

Vale enfatizar que apenas sete UF não possuem nenhuma candidatura coletiva em suplência: Acre, Alagoas, Mato Grosso, Piauí, Rondônia, Roraima e Sergipe. Destas, três não apresentaram nenhuma candidatura (Acre, Rondônia e Roraima).

Enfatizamos também que, em três UF (Minas Gerais, Paraíba e Rio de Janeiro), 100% das candidaturas que foram às urnas conseguiram votos suficientes para a suplência.

* SUPLENTE POR CARGO

Das 139 candidaturas coletivas que ficaram como suplentes, 8 (5,75%) são para deputado distrital, 95 (68,34%) são para deputado estadual e 36 (25,89%) são para deputado federal, em quase todos os estados da Federação, conforme mostramos a seguir.

Alagoas tinha 3 candidaturas coletivas para deputado federal que não foram eleitas.

No **Amazonas**, são 7 suplentes a deputado estadual. Das 11 candidaturas coletivas que disputavam (4 para deputado federal e 7 para deputado estadual), todas as 7 candidaturas coletivas para deputado estadual estão como suplentes.

No **Amapá**, 1 candidatura tornou-se suplente para deputado estadual. O estado contava com 2 candidaturas coletivas, 1 para deputado estadual e 1 para deputado federal.

Na **Bahia**, são 7 suplentes para deputado estadual e 1 suplente para deputado federal. Eram 13 candidaturas coletivas no estado: 6 para deputado federal e 7 para deputado estadual.

No **Ceará**, 1 candidatura é suplente para deputado estadual. O estado contava com 5 candidaturas coletivas: 3 para deputado estadual e 2 para deputado federal.

No **Distrito Federal**, 8 das 9 candidaturas coletivas a deputado estadual alcançaram a suplência. Das 13 candidaturas coletivas do DF, 1 era para senador, 3 eram para deputado federal e 9 eram para deputado distrital.

No **Espírito Santo**, 3 candidaturas chegaram à suplência: 2 para deputado estadual e 1 para deputado estadual. O estado contou ainda com 1 candidatura ao Senado, que não se tornou suplente.

Goiás possui apenas 1 candidatura coletiva suplente, para deputado estadual. O estado contava com 6 candidaturas coletivas: 1 para deputado federal e 5 para deputado estadual.

Maranhão tinha 22 candidaturas coletivas no geral: 13 para deputado estadual e 9 para deputado federal. 9 serão suplentes de deputado estadual e 5 serão suplentes de deputado federal.

Em **Minas Gerais**, as 3 candidaturas que foram às urnas (1 para deputado estadual e 2 para deputado federal) serão suplentes.

O **Mato Grosso do Sul** teve 1 candidatura a deputado federal e, das 4 candidaturas a deputado estadual, 3 serão suplentes.

Mato Grosso contava com apenas 1 candidatura coletiva para deputado federal, que não foi eleita.

No **Pará**, as 8 candidaturas a deputado estadual serão suplentes. As outras 2 candidaturas do estado foram para deputado federal, mas nenhuma alcançou a suplência.

A **Paraíba** só tinha 1 candidatura coletiva (para deputado federal), que teve votos suficientes para ser suplente.

Em **Pernambuco**, das 17 candidaturas coletivas que configuram como suplentes, 11 são para deputado estadual e 6 são para deputado federal. A única que não alcançou a suplência concorria à cadeira de deputado federal.

O **Piauí** tinha 1 candidatura a deputado estadual e 1 a deputado federal, mas não elegeu nenhuma.

10 candidaturas coletivas serão suplentes no **Paraná**: 5 para deputado estadual e 5 para deputado federal. As outras 3 candidaturas, todas para deputado federal, não alcançaram o número de votos necessários.

Considerando-se seu tamanho e sua expressão política, o número de candidaturas coletivas no **Rio de Janeiro** foi muito baixo: apenas 2 candidaturas a deputado estadual e 1 a deputado federal. Por outro lado, todas se tornaram suplentes.

No **Rio Grande do Norte**, 1 candidatura coletiva a deputado federal chegou à suplência. O estado contava com 4 candidaturas coletivas: 2 para deputado federal e 2 para deputado estadual.

No **Rio Grande do Sul**, das 6 candidaturas coletivas que se tornaram suplentes, 2 são para deputado estadual e 4 são para deputado federal. O estado tinha 7 candidaturas coletivas no total: 2 para deputado federal e 5 para deputado estadual.

Em **Santa Catarina**, são 8 candidaturas coletivas como suplentes, sendo 7 para deputado estadual e 1 para deputado federal. As outras 2 candidaturas coletivas existentes não alcançaram o número de votos, mas eram 1 para deputado estadual e 1 para deputado federal.

Sergipe contava com 3 candidaturas coletivas: 1 para deputado estadual e 2 para deputado federal, mas nenhuma foi eleita.

São Paulo, além de ter tido 2 candidaturas eleitas (para deputadas estaduais), chegou ao número de 33 suplentes, sendo 24 para deputado estadual e 9 para deputado federal. Eram 44 candidaturas coletivas ao todo: 1 para senador, 12 para deputado federal e 31 para deputado estadual.

Por fim, **Tocantins** tem 3 candidaturas coletivas como suplentes a deputado estadual. Eram 7 candidaturas coletivas concorrendo: 3 para deputado federal e 4 para deputado estadual.

4.3 SUPLENTE POR GÊNERO E RAÇA/COR

* CANDIDATURAS COLETIVAS E SUPLÊNCIA, POR GÊNERO

GÊNERO	Nº DE SUPLENTE	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS QUE CHEGARAM À SUPLÊNCIA (139)
MULHERES	74	53,23%
HOMENS	65	46,76%
TOTAL	139	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

É bastante expressivo o número de candidaturas lideradas por mulheres que chegaram à suplência. As mulheres representavam 51,62% das candidaturas e uma proporção superior chegou à suplência (53,23%), o que denota que candidaturas coletivas encabeçadas por mulheres foram muito bem aceitas pela sociedade.

* CANDIDATURAS COLETIVAS E SUPLÊNCIA, POR RAÇA/COR

RAÇA/COR	Nº DE SUPLENTES	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS QUE CHEGARAM À SUPLÊNCIA (139)
AMARELA	0	0
BRANCA	46	33,09%
INDÍGENA	5	3,59%
PARDA	30	21,58%
PRETA	57	41%
NÃO INFORMADA	1	0,71%
TOTAL	139	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

Em termos raciais, também foi expressiva a votação em pessoas pretas (41%) e pardas (21,58%). Considerando-se cabeças de chapa negras(os), 87 chegaram à suplência (62,58% dos suplentes). O número de candidaturas representadas por pessoas brancas que chegaram à suplência também foi expressivo: 46 (33,09%). É importante notar que, das 7 candidaturas lideradas por indígenas que concorreram como mandatos coletivos, 5 serão suplentes: isso representa 3,59% dos suplentes, mas 71,42% dos indígenas que foram às urnas neste formato.

* CANDIDATURAS COLETIVAS E SUPLÊNCIA, POR GÊNERO E RAÇA/COR

RAÇA/COR X GÊNERO	QUANTIDADE DE CANDIDATURAS COLETIVAS EM SUPLÊNCIA	% DO TOTAL DE CANDIDATURAS COLETIVAS
MULHERES BRANCAS	24	17,26%
MULHERES INDÍGENAS	2	1,43%
MULHERES PARDAS	11	7,91%
MULHERES PRETAS	37	26,61%
MULHERES NEGRAS	48	34,53%
HOMENS BRANCOS	22	15,82%
HOMENS INDÍGENAS	3	2,15%
HOMENS PARDOS	19	13,66%
HOMENS PRETOS	20	15,10%
HOMENS NEGROS	39	28,05%
NÃO INFORMADO (HOMEM)	1	0,71%
TOTAL	139	100%

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

Dos 65 homens, 22 são brancos, 3 (4,76%) são indígenas – Marcelo e o Coletivo Indígena (Rede), Cacique Adolfo Mandata Raízes (Rede) e Professor Ronaldo #Bancadavale (PSOL) –, 1 não informou a raça/cor, 19 são pardos e 20 são pretos, totalizando 39 negros (60% dos homens que chegaram à suplência). Entre as 74 mulheres, 24 são brancas, 2 são indígenas – Airy Clo de Mulheres Indígenas (PSOL) e Cintia Vanessa da Juntas (PSOL) –, 11 são pardas e 37 (47,14%) são pretas, totalizando 48 negras (64,86% das mulheres que chegaram à suplência).

* PROPORÇÃO DE CANDIDATURAS COLETIVAS SUPLENTES ELEITAS EM RELAÇÃO AO UNIVERSO DE CANDIDATURAS COLETIVAS

CANDIDATURAS COLETIVAS (2022)	CANDIDATURAS SUPLENTES (2022)
MULHER PRETA (23,25%)	MULHER PRETA (26,61%)
HOMEM BRANCO (18,60%)	MULHER BRANCA (17,26%)
MULHER BRANCA (16,27%)	HOMEM BRANCO (15,82%)
HOMEM PRETO (14,41%)	HOMEM PRETO (15,10%)
HOMEM PARDO (12,55%)	HOMEM PARDO (13,66%)
MULHER PARDA (11,16%)	MULHER PARDA (7,91%)
HOMEM INDÍGENA (2,32%)	HOMEM INDÍGENA (2,15%)
MULHER INDÍGENA (0,93%)	MULHER INDÍGENA (1,43%)
MULHER AMARELA (NENHUMA)	HOMEM AMARELO (NENHUM)
HOMEM AMARELO (NENHUM)	MULHER AMARELA (NENHUMA)

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

Nas urnas, confirmou-se a expressividade de mulheres líderes de candidaturas coletivas. Mulheres pretas representam 26,61% das candidaturas que chegaram à suplência e mulheres brancas representam 17,26%.

4.4 SUPLÊNCIA POR ESPECTRO POLÍTICO

* PROPORÇÃO DE CANDIDATURAS COLETIVAS SUPLENTE ELEITAS EM RELAÇÃO AO ESPECTRO POLÍTICO

ESPECTRO POLÍTICO	QUANTIDADE DE SUPLENTE	% DAS CANDIDATURAS COLETIVAS QUE CHEGARAM À SUPLÊNCIA (139)	% DAS CANDIDATURAS COLETIVAS QUE FORAM ÀS URNAS EM RELAÇÃO AO ESPECTRO POLÍTICO (215)
PARTIDOS DE ESQUERDA	113	81,29%	77,20%
PARTIDOS DE CENTRO	9	6,47%	8,37%
PARTIDOS DE DIREITA	17	12,23%	14,41%
TOTAL	139	100%	-

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

Em relação ao espectro político, a suplência será exercida, majoritariamente, por candidaturas de esquerda (81,29%). A maioria das candidaturas que foi às urnas também era de esquerda, mas a proporção não era tão alta (77,20%). Ainda que 14,41% das candidaturas coletivas que foram às urnas fossem de direita, as que chegaram à suplência representam apenas 12,23%.

5. LISTA COMPLETA DE CANDIDATURAS (ORGANIZADAS POR UF)

Legenda de cores:

Em branco, as candidaturas coletivas não eleitas.

■ Em roxo, as candidaturas coletivas suplentes.

■ Em laranja, as candidaturas coletivas consideradas inaptas.

■ Em verde, as candidaturas coletivas eleitas.

* LISTA COMPLETA DE CANDIDATURAS (ORGANIZADAS POR UF)

UF	CARGO	Nº	NOME ("CABEÇA DE CHAPA")	NOME DE URNA	PARTIDO	SITUAÇÃO	Nº DE COCAND.
AL	DEPUTADO FEDERAL	5020	ALYCIA EDUARDA OLIVEIRA DA SILVA	ALYCIA BANCADA NEGRA	PSOL	NÃO ELEITA	2
AL	DEPUTADO FEDERAL	7055	DEIVIDY CARLOS SANTOS FERREIRA	COLETIVO PELA EDUCAÇÃO	AVANTE	NÃO ELEITO	4
AL	DEPUTADO FEDERAL	1200	ISAAC SILVA DE LIMA	ISAAC LIMA COLETIVO DA SAÚDE	PDT	NÃO ELEITO	10
AM	DEPUTADO ESTADUAL	51001	LUIZ ALBERTO PASSOS NAVARRO	CEL. NAVARRO BANCADA SEGURANÇA	PATRIOTA	SUPLENTE	4
AM	DEPUTADO ESTADUAL	22444	FÉLIX DE MELO FERREIRA	DR. FÉLIX E BANCADA ATIVISTA	PL	SUPLENTE	3
AM	DEPUTADO ESTADUAL	51251	JONATHAN DA SILVA CORDEIRO	JONATHAN DA BANCADA COLETIVA	PATRIOTA	SUPLENTE	4
AM	DEPUTADO ESTADUAL	51123	JANDER RUBENS PASSOS RIBEIRO	DR. JANDER E BANCADA	PATRIOTA	SUPLENTE	3
AM	DEPUTADO ESTADUAL	13550	FLORISMAR FERREIRA DA SILVA	FLORISMAR BANCADA AMAZÔNIDA	PT	SUPLENTE	7
AM	DEPUTADO ESTADUAL	65123	MICHELLE BARBOSA ANDREWS	MICHELLE DA BANCADA DAS MANAS	PCDOB	SUPLENTE	5
AM	DEPUTADO ESTADUAL	65656	CHRISTOPHER SOUZA DA ROCHA	CHRISTOPHER CHAPA COLETIVA	PCDOB	SUPLENTE	6
AM	DEPUTADO FEDERAL	5102	TÂNIA MARA FERREIRA DA COSTA	TÂNIA E CONSELHEIRAS TUTELARES	PATRIOTA	NÃO ELEITA	4
AM	DEPUTADO FEDERAL	4343	JOSÉ ADALBERTO DA SILVA	ADALFRENTE VERDE	PV	NÃO ELEITO	2
AM	DEPUTADO FEDERAL	5100	CARLOS CRISTIANO FÉLIX	CARLOS FÉLIX E BANCADA MISTA	PATRIOTA	NÃO ELEITO	2

AM	DEPUTADO FEDERAL	4333	ROSIMEIRE DA CONCEIÇÃO ANJOS	ROSA DOS ANJOS BANCADA VERDE	PV	NÃO ELEITA	2
AP	DEPUTADO ESTADUAL	18444	PAULO JORGE CUNHA DA SILVEIRA	PAULO CUNHA COLETIVO EDUCAÇÃO	REDE	SUPLENTE	3
AP	DEPUTADO FEDERAL	4090	MARIA CRISTINA DO ROSÁRIO ALMEIDA MENDES	CRISTINA ALMEIDA NOSSA VOZ	PSB	NÃO ELEITA	5
BA	DEPUTADO ESTADUAL	15122	ALESSANDRO CONCEIÇÃO OLIVEIRA	SANDRO DE CLÁUDIO SENA	MDB	SUPLENTE	2
BA	DEPUTADO ESTADUAL	50055	GABRIELY DE SOUZA MAGALHÃES	GABY DA COLETIVA LEVANTE	PSOL	SUPLENTE	4
BA	DEPUTADO ESTADUAL	13133	NELSON COSTA DA SILVA	NELSON COSTA AGORA SOMOS NÓS	PT	SUPLENTE	4
BA	DEPUTADO ESTADUAL	50065	RUBENS SILVA SOUSA	RUBENS SOUSA COLETIVA LEVANTE	PSOL	SUPLENTE	4
BA	DEPUTADO ESTADUAL	50074	VÂNIA MARIA FERREIRA	VÂNIA COLETIVO CAMINHOS	PSOL	SUPLENTE	5
BA	DEPUTADO ESTADUAL	50420	VIRGÍNIA CRUZ DE MOURA	VIRGÍNIA JUNTAS EM MOVIMENTO	PSOL	SUPLENTE	2
BA	DEPUTADO ESTADUAL	50999	JOSÉ MARCOS LISBOA DOS SANTOS	MARCOS COLETIVA BAHIA LIVRE	PSOL	SUPLENTE	3
BA	DEPUTADO FEDERAL	5011	TELMA REGINA ARAÚJO NONATO	TELMINHA ELA POR ELAS	PSOL	NÃO ELEITA	2
BA	DEPUTADO FEDERAL	7763	ADRIANA GOMES MARTINS RENA	ADRIANA COLETIVO ENFERMAGEM	SOLIDARIEDADE	NÃO ELEITA	8
BA	DEPUTADO FEDERAL	5003	DANILO SANTANA DE SOUZA	DANILO SANTANA COLETIVO RAÍZES	PSOL	NÃO ELEITO	5
BA	DEPUTADO FEDERAL	5005	LISDEILI MARIA NOBRE GUIMARÃES DANTAS	LISDEILI VOU COM ELAS	PSOL	NÃO ELEITA	3
BA	DEPUTADO FEDERAL	5055	JOSÉ SÉRGIO LAGO LACERDA	SÉRGIO COLETIVA POPULAR	PSOL	NÃO ELEITO	2
BA	DEPUTADO FEDERAL	1515	JOSÉ RAIMUNDO SAMPAIO OLIVEIRA	ZÉ RAIMUNDO MANDATO COLETIVO	MDB	SUPLENTE	EM ABERTO
CE	DEPUTADO ESTADUAL	36700	MARCOS VIDAL DE SOUZA	PRETO RAP DO COLETIVO É O GERA	AGIR	NÃO ELEITO	5
CE	DEPUTADO ESTADUAL	36192	LILIANE LIMA DA SILVA	ENFERMEIRA LILI DO NOSSA VOZ	AGIR	NÃO ELEITA	7
CE	DEPUTADO ESTADUAL	50513	CLEYLSON DOS SANTOS ALMEIDA	POOL DA VOZ POPULAR	PSOL	SUPLENTE	3
CE	DEPUTADO FEDERAL	5005	ANNA KARINA CAVALCANTE DE OLIVEIRA	ANNA KARINA VOZES FEMINISTAS	PSOL	NÃO ELEITA	5
CE	DEPUTADO FEDERAL	1888	CÍCERO JOHNNY ALVES MOTA	JOHNNY DO SOMOS DO INTERIOR	REDE	NÃO ELEITO	3

DF	DEPUTADO DISTRITAL	80180	GABRIELLY APARECIDA DE ARAÚJO SOARES	GABI DO MOVIMENTO OLGA	UP	NÃO ELEITA	3
DF	DEPUTADO DISTRITAL	36193	KLESLEY GARCIA SOARES	KLESLEY PRÓ SOCIAL	AGIR	SUPLENTE	4
DF	DEPUTADO DISTRITAL	50999	ISABELLE AVON CAROLINO VANDERLEI	MANDATA FEMINISTA BEM VIVER BE	PSOL	SUPLENTE	9
DF	DEPUTADO DISTRITAL	13613	CRISTIANE PEREIRA DOS SANTOS	CRIS DO COLETIVAÇÃO	PT	SUPLENTE	6
DF	DEPUTADO DISTRITAL	65555	VERÔNICA THEML FIALHO GOULART	VERÔNICA GOULART COLETIVO	PCDOB	SUPLENTE	9
DF	DEPUTADO DISTRITAL	50333	MARIA DIVA FERREIRA DE BRITO	AIRY CLO DE MULHERES INDÍGENAS	PSOL	SUPLENTE	3
DF	DEPUTADO DISTRITAL	13180	HELLEN CRISTHYAN CORREIA BOAVENTURA	COLETIVA SOMOS HELLEN FRIDA	PT	SUPLENTE	4
DF	DEPUTADO DISTRITAL	13000	LÊDA GONÇALVES DE FREITAS	PROF. LÊDA COLETIVE CHÃO	PT	SUPLENTE	4
DF	DEPUTADO DISTRITAL	65123	ELIAS SILVA ARAÚJO	COLETIVO COMUNS E PROF. ELIAS	PCDOB	SUPLENTE	24
DF	DEPUTADO FEDERAL	5088	MARIA EDUARDA KRASNY DE SOUZA DA SILVA	MADU MULHERES DE TODAS LUTAS	PSOL	NÃO ELEITA	5
DF	DEPUTADO FEDERAL	5099	THIAGO DE ÁVILA E SILVA OLIVEIRA	MANDATO COLETIVO BEM VIVER THI	PSOL	NÃO ELEITO	9
DF	DEPUTADO FEDERAL	1881	LAURIANNE DE MIRANDA GOMES	MIRANDA COLETIVA AFROINDÍGENA	REDE	NÃO ELEITA	3
DF	SENADOR	180	PEDRO IVO DE SOUZA BATISTA	PEDRO IVO MANDATO COLETIVO	REDE	NÃO ELEITO	8
ES	DEPUTADO ESTADUAL	50013	SANDRA REGINA BARBOZA DE OLIVEIRA	SANDRINHA OLIVEIRA JUNTAS	PSOL	SUPLENTE	2
ES	DEPUTADO FEDERAL	4001	FERNANDA PEREIRA	MULHERES DE TODAS AS LUTAS	PSB	SUPLENTE	5
ES	DEPUTADO FEDERAL	1333	IVO DA SILVA LOPES	IVO COLETIVA RAÇA E CLASSE	PT	SUPLENTE	3
ES	SENADOR	500	GILBERTO BATISTA CAMPOS	GILBERTO CAMPOS COLETIVA	PSOL	NÃO ELEITO	2
GO	DEPUTADO ESTADUAL	50555	LUDIMILA PEREIRA NETO	LUDIMILA DA MANDATA COLETIVA	PSOL	NÃO ELEITA	6
GO	DEPUTADO ESTADUAL	33120	MARIZA ALVES FERREIRA BONS OLHOS	MANDATO COLETIVO MARIZA	PMN	NÃO ELEITA	20
GO	DEPUTADO ESTADUAL	50123	WESLEI GARCIA DE PAULO	WESLEI COLETIVO PEQUI EDUCAÇÃO	PSOL	NÃO ELEITO	8

GO	DEPUTADO ESTADUAL	50222	BERNARDO XAVIER DOS SANTOS	BERNARDO COLETIVO MAIS TRABALHO	PSOL	NÃO ELEITO	5
GO	DEPUTADO ESTADUAL	13180	MARTA QUINTILIANO	MARTA QUINTILIANO COLETIVA	PT	SUPLENTE	3
GO	DEPUTADO FEDERAL	5055	SÍLVIA REGINA BRANDÃO SALIM	SÍLVIA MANDATA COLETIVA	PSOL	NÃO ELEITA	6
MA	DEPUTADO ESTADUAL	28888	ALDO ROGÉRIO RIBEIRO FERREIRA	ALDO ROGÉRIO COLETIVO DO POVO	PRTB	NÃO ELEITO	5
MA	DEPUTADO ESTADUAL	28321	VALBERDAN SANTOS DE ASSUNÇÃO	ASSUNÇÃO COLETIVO BRIG. FALCÃO	PRTB	NÃO ELEITO	10
MA	DEPUTADO ESTADUAL	28555	ALBERLUCE DE JESUS FURTADO DURANS	LUCE COLETIVO MULHERES EM AÇÃO	PRTB	NÃO ELEITA	6
MA	DEPUTADO ESTADUAL	28345	LAURILENE MADEIRA BATISTA	LAURINHA COLETIVO MULHER TEM VOZ	PRTB	NÃO ELEITA	2
MA	DEPUTADO ESTADUAL	15015	PABLO RICARDO FERNANDES DA SILVA AMODEO	PABLO DA SAÚDE SOMOS MARANHÃO	MDB	SUPLENTE	4
MA	DEPUTADO ESTADUAL	15665	CONCEIÇÃO DE MARIA AMORIM PIMENTA	PIMENTA COLETIVO ACE E ACS	MDB	SUPLENTE	3
MA	DEPUTADO ESTADUAL	20999	ANTÔNIO LOPES SILVA	NETIM SAÚDE COLETIVO AVANÇAR	PSC	SUPLENTE	15
MA	DEPUTADO ESTADUAL	51555	CIRO NUNES ALVES DA SILVA	COLETIVO PMBM TC CIRO	PATRIOTA	SUPLENTE	11
MA	DEPUTADO ESTADUAL	20345	WLICIARA SILVA CORREA	CIARA COLETIVO TODOS MARANHÃO	PSC	SUPLENTE	2
MA	DEPUTADO ESTADUAL	12444	ALAYNA DE ARAÚJO ROCHA SOUZA	COLETIVO ENFERMAGEM ALAYNA	PDT	SUPLENTE	6
MA	DEPUTADO ESTADUAL	13400	FRANCISCO GONÇALVES DA CONCEIÇÃO	CHICO COLETIVO GUARNICE	PT	SUPLENTE	5
MA	DEPUTADO ESTADUAL	65180	LUCAS MORAES DE OLIVEIRA	LUCAS DO COLETIVO OCUPA	PCDOB	SUPLENTE	5
MA	DEPUTADO ESTADUAL	40100	ADROALDO JOSÉ SILVA ALMEIDA	PROF. ADROALDO COLETIVO VAMOS	PSB	SUPLENTE	5
MA	DEPUTADO FEDERAL	2717	ANA PAULA SILVA ROXO	ANA QUILOMBOLA	DC	NÃO ELEITA	4
MA	DEPUTADO FEDERAL	5005	ZENAIDE CARMO MENDES	ZENAIDE DO COLETIVO BEM VIVER	PSOL	NÃO ELEITA	4
MA	DEPUTADO FEDERAL	2313	JOSÉ RAIMUNDO DA SILVA	ADÃO COLETIVO REGGAE CIDADANIA	CIDADANIA	NÃO ELEITO	5

MA	DEPUTADO FEDERAL	7777	SAULO GIOVANI MENDONÇA	SAULO MENDOÇA COLETIVO SIM	SOLIDARIEDADE	NÃO ELEITO	4
MA	DEPUTADO FEDERAL	5155	GILMAR SOUSA DOS ANJOS	COLETIVO PMBM SGT. GILMAR ANJOS	PATRIOTA	SUPLENTE	11
MA	DEPUTADO FEDERAL	1994	MARCOS ANTÔNIO RAMOS BARROS	BOMBEIRO RBARROS COLETIVO	PODEMOS	SUPLENTE	10
MA	DEPUTADO FEDERAL	4313	GUSTAVO ADRIANO COSTA MARQUES	GM MAIS	PV	SUPLENTE	9
MA	DEPUTADO FEDERAL	1331	AUGUSTO CÉSAR BASTOS LOBATO	AUGUSTO LOBATO COLETIVO BALAIADA	PT	SUPLENTE	4
MA	DEPUTADO FEDERAL	1311	RAIMUNDO MONTEIRO DOS SANTOS	MONTEIRO	PT	SUPLENTE	5
MG	DEPUTADO ESTADUAL	50034	WALLACE ALVES DE OLIVEIRA SILVA	COLETIVA VOZES GERAIS WALLACE	PSOL	SUPLENTE	3
MG	DEPUTADO FEDERAL	1366	JOANA ALVES LOUBACK	JOANA LOUBACK COLETIVA RAÍZES	PT	SUPLENTE	9
MG	DEPUTADO FEDERAL	5004	PAULO VÍTOR RIBEIRO	PV SEU VIZINHO NÓS POR NÓS	PSOL	SUPLENTE	3
MS	DEPUTADO ESTADUAL	50367	VALERIA FRANÇA SILVA	VALERIA COLETIVO DE MULHERES	PSOL	NÃO ELEITA	4
MS	DEPUTADO ESTADUAL	45345	KARLA WALESKA DE MELO	KARLA MELO COLETIVO SOMOS	PSDB	SUPLENTE	3
MS	DEPUTADO ESTADUAL	12222	BRUNA RIQUELME MARQUES	BRUNA RIQUELME COLETIVO	PDT	SUPLENTE	2
MS	DEPUTADO ESTADUAL	12006	FERNANDA CRISTINA RODRIGUES TEIXEIRA	FERNANDA COLETIVO MÃOS DADAS	PDT	SUPLENTE	6
MS	DEPUTADO FEDERAL	1818	ELIANE DA SILVA	LYA JUSSARA COLETIVO	REDE	NÃO ELEITA	2
MT	DEPUTADO FEDERAL	5088	LIDIANY RAMOS SENA	LIDY E BEM VIVER PELA RETOMADA	PSOL	NÃO ELEITA	3
PA	DEPUTADO ESTADUAL	15016	IRNACLEI DA COSTA PANTOJA	DIVERSIDADE E INCLUSÃO IRNA	MDB	SUPLENTE	3
PA	DEPUTADO ESTADUAL	19400	NILDA MARIA PAULA NUNES	BANCADA NILDA PAULA	PODEMOS	SUPLENTE	22
PA	DEPUTADO ESTADUAL	13222	MÍLTON JOSÉ DE ANDRADE LOBO	MILTON LOBO COLETIVO UNIDADE	PT	SUPLENTE	10
PA	DEPUTADO ESTADUAL	50100	RAIMUNDO MÁRCIO PINTO DE JESUS	MÁRCIO DA BANCADA DA EDUCAÇÃO	PSOL	SUPLENTE	8
PA	DEPUTADO ESTADUAL	50777	MARIA MADALENA SILVA DA SILVA	MADALENA DANI TODAS AS VOZES	PSOL	SUPLENTE	2

PA	DEPUTADO ESTADUAL	13313	MARIA DE NAZARÉ COSTA DA CRUZ	NAZARÉ BANCADA MANAS DE LUTA	PT	SUPLENTE	5
PA	DEPUTADO ESTADUAL	50111	VALBERTO DE ALMEIDA MAIA	DUNGA BANCADA QUILOMBOLA	PSOL	SUPLENTE	5
PA	DEPUTADO ESTADUAL	13013	OTÁVIO DA SILVA NASCIMENTO JÚNIOR	NIC JÚNIOR VOZES MARAJOARAS	PT	SUPLENTE	10
PA	DEPUTADO FEDERAL	5013	GIZELLE SOARES DE FREITAS	GIZELLE MULHERES AMAZÔNIDAS	PSOL	NÃO ELEITA	5
PA	DEPUTADO FEDERAL	5011	JOSÉ CARLOS GUERREIRO GALIZA	GALIZA BANCADA QUILOMBOLA	PSOL	NÃO ELEITO	5
PB	DEPUTADO FEDERAL	1355	HELOÍSA HELENA DE SOUSA FRANCO OLIVEIRA	HELOÍSA DA COLETIVA NOSSA VOZ	PT	SUPLENTE	4
PE	DEPUTADO ESTADUAL	44113	SELMA BARBOSA GALDINO	SELMA DAS MULHERES ARTICULADAS	UNIÃO	SUPLENTE	2
PE	DEPUTADO ESTADUAL	44052	RINALDO EDUARDO TAVARES	RINALDO MOTOCICLISTAS JUNTOS	UNIÃO	SUPLENTE	11
PE	DEPUTADO ESTADUAL	18000	MARCELO GOMES MONTEIRO LUZ	MARCELO E O COLETIVO INDÍGENA	REDE	SUPLENTE	5
PE	DEPUTADO ESTADUAL	65100	ANDRESSA LAYSA QUEIROZ RIBEIRO	FLOR DA COLETIVA	PCDOB	SUPLENTE	7
PE	DEPUTADO ESTADUAL	50420	ELAINE CRISTINA DA SILVA	ELAINE PRETAS JUNTAS	PSOL	SUPLENTE	2
PE	DEPUTADO ESTADUAL	50180	MARIA JOSELITA PEREIRA CAVALCANTI	JÔ DAS JUNTAS	PSOL	SUPLENTE	3
PE	DEPUTADO ESTADUAL	18222	MÔNICA GLEITE DA SILVA	MÔNICA COLETIVO ARCO-ÍRIS	REDE	SUPLENTE	3
PE	DEPUTADO ESTADUAL	50444	ANA CLÁUDIA PINTO DOS SANTOS	ANA E AS MULHERES SERTANEJAS	PSOL	SUPLENTE	4
PE	DEPUTADO ESTADUAL	18999	VILMA MARIA FERREIRA	VILMA E ZÉLIA COLETIVO	REDE	SUPLENTE	2
PE	DEPUTADO ESTADUAL	18456	JOSÉ BRAZ DA SILVA	ZÉ BRAZ COLETIVO AFROS	REDE	SUPLENTE	3
PE	DEPUTADO ESTADUAL	18888	CARLOS ALBERTO ALVES	CARLOS ALBERTO JUNTOS POR PE	REDE	SUPLENTE	5
PE	DEPUTADO FEDERAL	1213	JOSÉ CLÁUDIO ANTÔNIO DE SANTANA	DINHO E JUNTOS POR PERNAMBUCO	PDT	NÃO ELEITO	4
PE	DEPUTADO FEDERAL	7075	BRUNO SÉRGIO PEREIRA ALVES	BRUNO SÉRGIO COLETIVO AVANTE	AVANTE	SUPLENTE	3
PE	DEPUTADO FEDERAL	5022	LUCICLEIDE ANDRADE DE SANTANA	CLEIDE DO POR NÓS	PSOL	SUPLENTE	5

PE	DEPUTADO FEDERAL	1333	MARCOS HERIDIJANIO MOURA BEZERRA	DR. MARCOS E O COLETIVO	PT	SUPLENTE	17
PE	DEPUTADO FEDERAL	4046	MIRELA MARIA DOS SANTOS	MIRELA VOZES NEGRAS	PSB	SUPLENTE	3
PE	DEPUTADO FEDERAL	1320	MARIA GORETHE ALVES LUCENA	GORETHE LUCENA COLETIVO LINDU	PT	SUPLENTE	4
PE	DEPUTADO FEDERAL	5051	BENEDITO GOMES DE LIMA FILHO	GOMES JUNTOS PELA ENFERMAGEM	PSOL	SUPLENTE	5
PI	DEPUTADO ESTADUAL	50500	NAIRA DE ASSIS CASTELO BRANCO	NAIRA MANDATA TRANSFEMINISTA	PSOL	NÃO ELEITA	2
PI	DEPUTADO FEDERAL	5000	MARIANA SOARES GOMES	MARIANA BANCADA ANTIRRACISTA	PSOL	NÃO ELEITA	2
PR	DEPUTADO ESTADUAL	18333	ROMANCIL GENTIL CRETĂ	KRETĂ	REDE	NÃO ELEITO	4
PR	DEPUTADO ESTADUAL	50013	GUILHERME PEDROLLO MAZER	GUILHERME MAZER MAIS COLETIVO	PSOL	NÃO ELEITO	6
PR	DEPUTADO ESTADUAL	50180	LUCIANO EGÍDIO PALAGANO	PALAGANO E COLETIVO ESPERANÇAR	PSOL	NÃO ELEITO	11
PR	DEPUTADO ESTADUAL	50200	CARLOS RICARDO GROKORRISKI	PROF. RICARDO E BANCADA EDUCAÇÃO	PSOL	NÃO ELEITO	5
PR	DEPUTADO ESTADUAL	10777	MARCOS WILLIAN LOIOLA DA COSTA	MARCOS DO MANDATO DA JUVENTUDE	REPUBLICANOS	SUPLENTE	7
PR	DEPUTADO ESTADUAL	13300	ISABEL CRISTINA DINIZ	ISABEL DINIZ COLETIVO POPULAR	PT	SUPLENTE	5
PR	DEPUTADO ESTADUAL	65613	LARISSA SILVA SOUZA	LARISSA DO COLETIVIZANDO	PCDOB	SUPLENTE	9
PR	DEPUTADO ESTADUAL	65013	ÂNGELO ANTÔNIO STROPARO	ÂNGELO COLETIVO DAS CULTURAS	PCDOB	SUPLENTE	9
PR	DEPUTADO ESTADUAL	13115	GERVESON TRAMONTIN SILVEIRA	GERVESON TRAMONTIN E COLETIVO	PT	SUPLENTE	5
PR	DEPUTADO FEDERAL	1242	DANIEL VÍTOR RAMBO DE OLIVEIRA	DANIEL COLETIVO REINVENTAR	PDT	NÃO ELEITO	4
PR	DEPUTADO FEDERAL	1316	IVAN BRIBIS RODRIGUES	IVAN COLETIVO PODER POPULAR	PT	NÃO ELEITO	6
PR	DEPUTADO FEDERAL	5000	JANDERSON RODRIGUES DE SOUZA	JANDERSON RODRIGUES E COLETIVO	PSOL	NÃO ELEITO	8
PR	DEPUTADO FEDERAL	5005	THIAGO DE SOUSA BAGATIN	THIAGO BAGATIN E COLETIVO EKOA	PSOL	NÃO ELEITO	8
PR	DEPUTADO FEDERAL	1501	SILBERTO CARDOSO	SILBERTO MANDATO COLETIVO PROF.	MDB	SUPLENTE	18

PR	DEPUTADO FEDERAL	1366	JACQUELINE PARMIGIANI	JACQUE DA CASA DAS 13 MULHERES	PT	SUPLENTE	9
PR	DEPUTADO FEDERAL	6513	ADRIANO OLIVEIRA ESTURILHO	ESTURILHO MANDATO DA CULTURA	PCDOB	SUPLENTE	6
PR	DEPUTADO FEDERAL	1300	CÉLIO LEANDRO RODRIGUES	CÉLIO RODRIGUES MAIS COLETIVO	PT	SUPLENTE	5
PR	DEPUTADO FEDERAL	6500	EDNAMAR COSTA DE ALMEIDA	EDNA DE BARU MULHERES EM LUTA	PCDOB	SUPLENTE	4
RJ	DEPUTADO ESTADUAL	50111	TATIANNY DE SOUZA DE ARAÚJO	TATIANNY DA COLETIVA FEMINISTA	PSOL	SUPLENTE	4
RJ	DEPUTADO ESTADUAL	50800	ROSE CIPRIANO LAPA	ROSE CIPRIANO COLETIVA PERIFÉRICA	PSOL	SUPLENTE	4
RJ	DEPUTADO FEDERAL	1263	ANA BEATRIZ BERNARDES NUNES	PROFESSORA BIA NUNES	PDT	SUPLENTE	6
RN	DEPUTADO ESTADUAL	70300	FRANCINALDO DA SILVA DANTAS	NALDO COLETIVO AVANTE	AVANTE	NÃO ELEITO	7
RN	DEPUTADO ESTADUAL	28122	HERONILDES BEZERRA DA SILVA	HERÓ MAND. COMPARTILHADO JUNTOS	PRTB	NÃO ELEITO	74
RN	DEPUTADO FEDERAL	5050	CAMILA BARBOSA DOS SANTOS	CAMILA DA JUNTAS	PSOL	NÃO ELEITA	4
RN	DEPUTADO FEDERAL	6565	MARIA VILMA LEÃO	VILMA LEÃO COLETIVO NOSSA VOZ	PCDOB	SUPLENTE	2
RS	DEPUTADO ESTADUAL	70100	BRÁULIO PIRES PONTES JÚNIOR	DR. BRÁULIO FRENTE DA INFÂNCIA	AVANTE	NÃO ELEITO	4
RS	DEPUTADO ESTADUAL	65065	BRUNA GUBIANI	BRUNA E COLETIVO	PCDOB	SUPLENTE	4
RS	DEPUTADO ESTADUAL	13777	SANDRALI DE CAMPOS BUENO	YA SANDRALI	PT	SUPLENTE	8
RS	DEPUTADO ESTADUAL	50200	LAÍS MAGBEL CAMISOLÃO BORBA	LAÍS NÓS COLETIVO	PSOL	SUPLENTE	4
RS	DEPUTADO ESTADUAL	50444	CHRISTOPHER BORGES VELEDA	CHRIS COL. BOLSONARO NUNCA MAIS	PSOL	SUPLENTE	6
RS	DEPUTADO FEDERAL	5000	ANTÔNIO ARLAN BRUM NUNES	ANTÔNIO COLETIVO MÃOS DADAS	PSOL	SUPLENTE	7
RS	DEPUTADO FEDERAL	5099	MÁRCIO CHAGAS DA SILVA	MÁRCIO CHAGAS COLETIVO NEGRO	PSOL	SUPLENTE	3
SC	DEPUTADO ESTADUAL	16016	CARLOS BROERING BRUNO	CARLOS COLETIVO EDUCAÇÃO	PSTU	NÃO ELEITO	5
SC	DEPUTADO ESTADUAL	55000	JOSÉ CLÁUDIO MAFRA	CLÁUDIO MOTOBOY DO COLETIVO SC	PSD	SUPLENTE	5

SC	DEPUTADO ESTADUAL	50999	CÍNTIA MOURA MENDONÇA	CÍNTIA MANDATA BEM VIVER	PSOL	SUPLENTE	9
SC	DEPUTADO ESTADUAL	13013	DANIELY RAMOS LUZ	DANI COLETIVO JUVENTUDE	PT	SUPLENTE	10
SC	DEPUTADO ESTADUAL	50005	ALEX SANDRO GONZAGA STEIN	ALEX STEIN	PSOL	SUPLENTE	35
SC	DEPUTADO ESTADUAL	13713	RAFAEL CONSUL DE ALMEIDA	RAFAEL COLETIVO FELIZ DE NOVO	PT	SUPLENTE	4
SC	DEPUTADO ESTADUAL	50222	LÍVIA GUILARDI	LÍVIA COLETIVA RAÍZES	PSOL	SUPLENTE	3
SC	DEPUTADO ESTADUAL	13913	VANDA DE OLIVEIRA GOMES PINEDO	VANDA PINEDO NOSSA FORÇA E VOZ	PT	SUPLENTE	3
SC	DEPUTADO FEDERAL	1616	VINÍCIUS COSTA SODRÉ	VINI COLETIVA REBELDIA	PSTU	INAPTO	5
SC	DEPUTADO FEDERAL	1600	JOCEMIR ADENÍLSON DE SOUZA	JO DA COLETIVA REBELDIA	PSTU	NÃO ELEITO	5
SC	DEPUTADO FEDERAL	4343	FERNANDA CRISTINA PEREIRA VAZ	FERNANDA VAZ COLETIVO VERDE	PV	SUPLENTE	5
SE	DEPUTADO ESTADUAL	80123	JUCIMARA SANTOS MAIA	MARA MULHERES ANTIFA	UP	NÃO ELEITA	3
SE	DEPUTADO FEDERAL	4321	CLÁUDIA RODRIGUES DA SILVA	CLÁUDIA JUNTAS PELO BRASIL JUSTO	PV	NÃO ELEITA	6
SE	DEPUTADO FEDERAL	4523	HEBERT CARLOS SANTOS PEREIRA PASSOS	HEBERT COLETIVO SOMOS MAIS	PSDB	NÃO ELEITO	6
SP	DEPUTADO ESTADUAL	70016	ALAN FABRÍCIO DA SILVA	MANDATO COLETIVO RP	AVANTE	INAPTO	15
SP	DEPUTADO ESTADUAL	50900	MÔNICA CRISTINA SEIXAS BONFIM	MÔNICA DO MOVIMENTO PRETAS	PSOL	ELEITA	7
SP	DEPUTADO ESTADUAL	50000	PAULA NUNES DOS SANTOS	PAULA DA BANCADA FEMINISTA	PSOL	ELEITA	5
SP	DEPUTADO ESTADUAL	35083	EDVAN LIMA BARBOSA	EDVAN DA BANCADA TEMPLÁRIA	PMB	NÃO ELEITO	3
SP	DEPUTADO ESTADUAL	16100	CRISTIANE BANHOL	CRIS BANCADA EDUCAÇÃO E LUTA	PSTU	NÃO ELEITA	4
SP	DEPUTADO ESTADUAL	50567	LUIZ GUEDES DE ALENCAR JÚNIOR	JÚNIOR BOULOS COLETIVO DE PR	PSOL	NÃO ELEITO	6
SP	DEPUTADO ESTADUAL	16123	AMANDA COELHO MARZALL	MANDI MULHERES EM REBELDIA	PSTU	NÃO ELEITA	3
SP	DEPUTADO ESTADUAL	70016	RAPHAEL GOZUEN CAMARGO	RAPHAEL MANDATO COLETIVO RP	AVANTE	NÃO ELEITO	22
SP	DEPUTADO ESTADUAL	43000	CLÁUDIA VISONI	CLÁUDIA DO ALIMENTA SP	PV	SUPLENTE	7

SP	DEPUTADO ESTADUAL	13513	CAROLINA MALAVAZZI GALVÃO	DRA. CALU COLETIVA PLURAL	PT	SUPLENTE	13
SP	DEPUTADO ESTADUAL	65658	FRANCISCA PEREIRA DA ROCHA SEIXAS	FRANCISCA BANCADA DA EDUCAÇÃO	PCDOB	SUPLENTE	2
SP	DEPUTADO ESTADUAL	50400	PRISCILLA BERNARDES AIRES PEDROSA	PRISCILLA JUNTAS	PSOL	SUPLENTE	4
SP	DEPUTADO ESTADUAL	50321	BRUNA CHAMAS BIONDI	BRUNA MULHERES POR DIREITOS	PSOL	SUPLENTE	7
SP	DEPUTADO ESTADUAL	13000	ALESSANDRO CÉZAR ARAÚJO AZEVEDO	ALESSANDRO CULTURA VIVA	PT	SUPLENTE	15
SP	DEPUTADO ESTADUAL	43500	AMÍLCAR MARCEL DE SOUZA	CECEU	PV	SUPLENTE	4
SP	DEPUTADO ESTADUAL	50420	FERNANDO TAVARES ARAÚJO DA SILVA	FERNANDO GANJA COLETIVA	PSOL	SUPLENTE	4
SP	DEPUTADO ESTADUAL	12077	MÁRCIO AURÉLIO SOARES	MÁRCIO AURÉLIO RAIZ TRABALHISTA	PDT	SUPLENTE	13
SP	DEPUTADO ESTADUAL	43433	RICARDO JOSÉ LEMES	RICARDO CAMPEÃO COLETIVO VERDE	PV	SUPLENTE	7
SP	DEPUTADO ESTADUAL	43123	WILLDSON MENDES STAHN	WILL MANDATO VERDE COLETIVO	PV	SUPLENTE	4
SP	DEPUTADO ESTADUAL	50007	JASPE LOPES BASTOS	JASPERELIZEU BANCADA ECOLÓGICA	PSOL	SUPLENTE	14
SP	DEPUTADO ESTADUAL	50008	CÍNTIA VANESSA GOMES	CÍNTIA VANESSA DA JUNTAS	PSOL	SUPLENTE	8
SP	DEPUTADO ESTADUAL	50513	RONALDO RODRIGUES DOS SANTOS	PROFESSOR RONALDO BANCADA VALE	PSOL	SUPLENTE	5
SP	DEPUTADO ESTADUAL	13545	APARECIDA DA GRAÇA CARLOS	PROF. CIDACARLOS ELASCOM O POVO	PT	SUPLENTE	14
SP	DEPUTADO ESTADUAL	40813	ALEXANDRE SIMÕES PIMENTEL	ALEXANDRE TRAB DA PERIFERIA	PSB	SUPLENTE	9
SP	DEPUTADO ESTADUAL	50033	REGINA CÉLIA GONÇALVES DOS SANTOS	REGINA CÉLIA E PCDS DO PSOL	PSOL	SUPLENTE	9
SP	DEPUTADO ESTADUAL	50130	ALINE CATARINE GONDIM	ALINE DA MANDATA DA GENTE	PSOL	SUPLENTE	6
SP	DEPUTADO ESTADUAL	50150	MARIA APARECIDA AIRES DA SILVA	CIDA MULHERES DE TODAS LUTAS	PSOL	SUPLENTE	5
SP	DEPUTADO ESTADUAL	50013	ALDENIR DIAS DOS SANTOS	DIDA COLETIVO EM TODAS LUTAS	PSOL	SUPLENTE	6
SP	DEPUTADO ESTADUAL	12212	NEUDES RIBEIRO DE CARVALHO	NEUDES BANCADA TRABALHISTA	PDT	SUPLENTE	11

SP	DEPUTADO ESTADUAL	50456	ADRIANA SCANAVEZ DOS SANTOS	ADRIANA DO POVO DA CULTURA	PSOL	SUPLENTE	10
SP	DEPUTADO ESTADUAL	65010	MARCOS JESUS DOS SANTOS	JESUS E MANDATO POPULAR	PCDOB	SUPLENTE	9
SP	DEPUTADO ESTADUAL	50020	JÚLIO CÉZAR DE ANDRADE	JÚLIO DO QUILOMBO PERIFÉRICO	PSOL	SUPLENTE	3
SP	DEPUTADO FEDERAL	7080	CLÓVIS PEREIRA JURADO	CLÓVIS COLETIVO TRANSPARÊNCIA	AVANTE	NÃO ELEITO	11
SP	DEPUTADO FEDERAL	7047	GISELDA MÁXIMO DE LIMA	COLETIVO NOSSA VEZ GISELDA	AVANTE	NÃO ELEITA	7
SP	DEPUTADO FEDERAL	1611	RENATO BENEDUCI ASSAD	RENATO BANCADA ANTICAPITALISTA	PSTU	NÃO ELEITO	4
SP	DEPUTADO FEDERAL	7778	EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO	CHICÃO DA BANCADA TRABALHISTA	SOLIDARIEDADE	SUPLENTE	7
SP	DEPUTADO FEDERAL	1906	PRISCILA SILVA SOUZA	PRISCILA SOUZA MAND. COLETIVO	PODEMOS	SUPLENTE	2
SP	DEPUTADO FEDERAL	1045	FERNANDA DA SILVA ALVES	FERNANDA MOVIMENTO PAPO DE LEI	REPUBLI-CANOS	SUPLENTE	4
SP	DEPUTADO FEDERAL	5037	SUELI ALVES	SUELI LUTA EM MOVIMENTO	PSOL	SUPLENTE	7
SP	DEPUTADO FEDERAL	1310	IARA BERNARDI	IARA BERNARDI COLETIVA ELAS	PT	SUPLENTE	10
SP	DEPUTADO FEDERAL	1330	JANAÍNA FERRATO ELIAS	JANAÍNA DA BANCADA ECOSISTEMA	PT	SUPLENTE	3
SP	DEPUTADO FEDERAL	4366	MÔNICA GABRIELA BUAVA DE FREITAS	MÔNICA BUAVA MANDATO ANIMAL	PV	SUPLENTE	2
SP	DEPUTADO FEDERAL	1810	ADOLFO TIMOTIO	CACIQUE ADOLFO MANDATA RAÍZES	REDE	SUPLENTE	7
SP	DEPUTADO FEDERAL	1366	MARIANA CERGOLI JANEIRO	MARIANA JANEIRO CHAPA DAS PRETAS	PT	SUPLENTE	2
SP	SENADOR	161	LUIZ CARLOS PRATES	MANCHA COLETIVO SOCIALISTA	PSTU	NÃO ELEITO	3
TO	DEPUTADO ESTADUAL	14022	ELIZABETE SLONGO	ELIZABETE COLETIVA MDT	PTB	NÃO ELEITA	5
TO	DEPUTADO ESTADUAL	13013	EUTÁLIA BARBOSA RODRIGUES NAVES	EUTÁLIA POVO DE LUTA	PT	SUPLENTE	3
TO	DEPUTADO ESTADUAL	40180	ALEXANDRE PEREIRA ARAÚJO	PEARA DO COLETIVO SOMOS	PSB	SUPLENTE	7
TO	DEPUTADO ESTADUAL	40400	GIANE OLIVEIRA DA SILVA	GIANE E COLETIVO PROTETORES	PSB	SUPLENTE	3

TO	DEPUTADO FEDERAL	1424	MARISTELA FELIPE OLIVEIRA	ESTELA COLETIVO ESTELAS	PTB	NÃO ELEITA	4
TO	DEPUTADO FEDERAL	1463	LILIANE BEZERRA DE SOUSA	LILI BEZERRA JUNTAS POR TOCANT.	PTB	NÃO ELEITA	3
TO	DEPUTADO FEDERAL	4080	THAMIRES ROSA COSTA LIMA	THAMIRES DO COLETIVO SOMOS	PSB	NÃO ELEITA	7

Elaboração: Inesc e Common Data (2022).

REFERÊNCIAS

RAPS–Rede de Ação Política pela Sustentabilidade. Mandatos coletivos e compartilhados: desafios para a representação legislativa no século XXI. Florianópolis: Callipolis; UDESC; Instituto Arapyaú, 2019.

INESC; COMMONDATA. Análise das candidaturas coletivas nas eleições 2020. Brasília: Inesc, 2020. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2021/02/CandidaturasColetivas2020_V05.pdf#:~:text=Em%202020%2C%20confirmou-se%20a%20tend%C3%Aancia%20de%20crescimento%20desse,municipais%20de%202016%2C%20o%20aumento%20foi%20de%20361%2C97%25>. Acesso em: set. 2022.

TSE. Instrução 11544 nº 0600748-13.2019.6.00.0000 (PJE). Brasília: DF. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2021/12/Voto-Fachin-Candidaturas-Coletivas-TSE-16-dez-2021.pdf>>. Acesso em: set. 2022.

ZIGONI, Carmela. Eleições 2020: Perfil das candidaturas eleitas em 1º turno. Disponível em: <<https://www.inesc.org.br/eleicoes-2020-perfil-das-candidaturas-eleitas-em-lo-turno/>>. Acesso em: set. 2022.

VITAL, Danilo. TSE permite acrescentar nome de candidaturas coletivas na urna em 2022. Conjur, 16 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2021-dez-16/tse-permite-acrescentar-nome-candidaturas-coletivas-urna>>. Acesso em: set. 2022.

EQUIPE INESC

Conselho Diretor

Aline Maia Nascimento
Júlia Alves Marinho Rodrigues
Márcia Anita Sprandel
Pedro de Carvalho Pontual
Roseli Faria

Conselho Fiscal

Iliana Alves Canoff
Lucas de Alencar Oliveira
Mário Lisbôa Theodoro

Colegiado de Gestão

Cristiane da Silva Ribeiro
Iara Pietricovsky de Oliveira
José Antonio Moroni

Coordenadora da Assessoria Política

Nathalie Beghin

Gerente Financeiro, Administrativo e de Pessoal

Ana Paula Felipe

Assistente da Direção

Adriana Silva Alves
Marcela Coelho M. Esteves

Equipe de Comunicação

Silvia Alvarez
Thays Puzzi

Assessoria Política

Alessandra Cardoso
Carmela Zigoni

Cássio Cardoso Carvalho
Cleo Manhas
Gabriela Nepomuceno
Leila Saraiva
Livi Gerbase
Márcia Acioli
Tatiana Oliveira

Assessoria Técnica

Dyarley Viana de Oliveira
Thallita de Oliveira

Educador Social

Markão Aborígene

Contadora

Rosa Diná Gomes Ferreira

Assistente de Contabilidade

Ricardo Santana da Silva

Técnico de Informática

Cristóvão Frinhaní

Auxiliares Administrativos

Adalberto Vieira dos Santos
Eugênia Christina Alves Ferreira
Isabela Mara dos Santos da Silva
Josemar Vieira dos Santos

Auxiliar de Serviços Gerais

Roni Ferreira Chagas

Estagiários/as

Camila Beda

APOIO INSTITUCIONAL

Actionaid
Avina America - Fundo Pulsante
Charles Stewart Mott Foundation
CLUA – Climate and Land Use Alliance
ETF - Energy Transition Fund
Fastenaktion
Fundação Avina
Fundação Ford
Fundação Heinrich Böll

Fundar
ICS – Instituto Clima e Sociedade
KNH – Kindernohtilf
Malala Fund
Misereor
OSF – Open Society Foundations
PPM – Pão para o Mundo
Rainforest Foundation Norway